



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Ciências Humanas – ICH

Departamento de Serviço Social – SER

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

Ana Beatriz Rodrigues de Araújo

Cultura e Festa Popular: Quadrilhas Juninas e Juventude no Distrito Federal

2024

Brasília – DF



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Ciências Humanas – ICH

Departamento de Serviço Social – SER

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

Ana Beatriz Rodrigues de Araújo

Cultura e Festa Popular: Quadrilhas Juninas e Juventude no Distrito Federal

2024

Brasília – DF

ANA BEATRIZ RODRIGUES DE ARAÚJO

CULTURA E FESTA POPULAR

Quadrilhas Juninas e Juventude no Distrito Federal

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Universidade de Brasília, como parte das exigências para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Brasília, 19 de agosto de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Hayeska Costa Barroso

Universidade de Brasília

Prof. Ms. Ariel Paula de Jesus Oliveira

Universidade de Brasília

Prof. Ms. Patrícia Cristina da Silva Pinheiro

Universidade de Brasília

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à Ana Beatriz de alguns anos atrás por não ter desistido do sonho de cursar uma faculdade em uma universidade federal, aquela Ana precisou perseverar e acreditar muito que conseguiria chegar aqui, nos “finalmentes”. A ela os meus mais sinceros agradecimentos.

Agradeço aos quadrilheiros da Pimba que me permitiram escrever sobre sua realidade e me forneceram todas as informações que me foram necessárias, principalmente ao coordenador, por ter sido tão solícito e animado com o trabalho.

Para minha orientadora Hayeska, que me incentivou a prosseguir com o tema por ter percebido o quanto eu gostava de falar sobre, e para Ariel, que me respondeu um milhão de mensagens com a maior paciência e carinho do mundo. Serei eternamente grata!

Aos meus pais, Francisco e Verônica, por sempre me lembrarem do período de matrícula no início dos semestres e me incentivarem a participar de tudo que eu tivesse direito: grupos de estudos, seminários, monitorias, e pesquisas. E à minha irmã caçula, que é minha força motriz para buscar ser o melhor que eu puder. Ao meu namorado, Gustavo, por enxugar todas as lágrimas derramadas em dias de cansaço e desânimo.

Aos meus amigos e colegas de turma que me acolheram desde o primeiro semestre: Luhana, Yuri, Laís, Anna Gabi, Ana Luiza e Carolina. E aos amigos que me acompanham desde os tempos de vestibular: Ana Luiza, Laura, Thiago, e também, Mikael, Isabella, Iago, Daniella, e Lara.

Os maiores agradecimentos a Deus e ao meu santinho São Francisco de Assis por me manterem firme durante todo o processo de graduação e por alimentarem a minha fé de que há algo pelo qual vivemos.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso é resultado da utilização do cenário cultural como fonte inspiradora e primária para a escrita, e do recorte de juventude como ambiente de análise. Este estudo analisa, sem esgotar a temática, como a participação no festejo junino afeta a realidade social dos jovens participantes da quadrilha junina “Si Bobiá a Gente Pimba” de Samambaia – a amostra de pesquisa está dentro desse grupo. A análise teórica perpassa pelos campos de: festa, festa popular e junina, cultura popular, juventude, e políticas públicas de cultura e juventude. A partir dos dados obtidos com o preenchimento de questionários on-line e de entrevistas individuais, que foram instrumentos utilizados para a coleta de dados, foi possível observar dentre os participantes que fazer parte de um movimento cultural é essencial para o exercício de suas expressões particulares e também de sentimento de pertencimento; fazer parte de uma manifestação cultural é, não só produzir cultura, mas também se construir individualmente. Outra observação feita a partir disso, foi a de que a maioria dos quadrilheiros do grupo precisa arcar com os gastos das apresentações – roupas, acessórios, e viagens são exemplos. A problemática levantada a partir disto é a de que a oportunidade de fazer parte de uma manifestação cultural e de propagá-la, fomentando o acesso a esta, poderia ser melhor amparada por aparelhos estatais que sustentassem de forma mais eficaz o setor cultural no Brasil.

Palavras Chave: Cultura, Quadrilha Junina, Juventude.

ABSTRACT

This course completion work is the result of the use of the cultural area as an inspiring and primary source for writing, and the youth as an analysis environment. This study analyzes, without exhausting the topic, how participation in the “June party” affects the social reality of the young participants of the June’s group “Si Bobiá a Gente Pimba” from Samambaia – the research sample is within this group. The theoretical analysis pervades the fields of: party, folk and June’s party, folk culture, youth, and public policies of culture and youth. From the data obtained by filling in online questionnaires and individual interviews, which were instruments used for the collection of data, it was possible to observe among the participants that being part of a cultural movement is essential for the exercise of their particular expressions and also of a sense of belonging; to be part of an cultural manifestation is not only to produce culture, but also to build yourself individually. Another observation made from this, was that most of the June’s groups need to bear the expenses of the presentations – clothes, accessories, and trips are examples. The problem raised from this is that the opportunity to be part of a cultural manifestation and to propagate it, fostering access to it, could be better supported by state apparatus that would more effectively support the cultural sector in Brazil.

Key Words: Culture, June’s groups, Youth.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1 - Cultura e Juventude, uma análise teórica.....	15
1.1) Festanças e sociabilidade, efeitos do social na cultura do Brasil.....	15
1.1.1) Festas Juninas, parte característica da cultura e sociedade brasileira.....	18
1.1.2) Quadrilhas Juninas: Mais que uma performance.....	21
1.2) Juventude, categoria social além da faixa etária.....	24
CAPÍTULO 2 - Políticas Públicas, Cultura e Juventude.....	28
2.1) Política Pública e Cultura.....	28
2.2) Política Pública e Juventude.....	34
CAPÍTULO 3 - “Si Bobiá a Gente Pimba”, de Samambaia para o mundo.....	39
3.1) Quadrilha junina “Si Bobiá a Gente Pimba”, trajetória até aqui.....	39
3.2) Quadrilhas Juninas e Juventude.....	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
ANEXOS.....	51
REFERÊNCIAS.....	55

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado da pesquisa realizada para o trabalho de conclusão de curso (TCC) da graduação de Serviço Social na Universidade de Brasília (UnB). Sua temática é referente ao envolvimento da categoria social de juventude em movimentos culturais, em específico as quadrilhas juninas. A pergunta norteadora deste estudo foi: “Como a participação no festejo junino afeta a realidade social dos jovens participantes da quadrilha junina ‘Si Bobiá a gente Pimba’, de Samambaia?”

O **objetivo geral** foi analisar como a participação no festejo junino afeta a realidade social dos jovens participantes da quadrilha junina “Si bobiá a gente pimba” de Samambaia. Os **objetivos específicos** foram: **1)** Traçar o perfil socioeconômico dos jovens; **2)** Analisar os impactos objetivos e subjetivos da participação no festejo junino na realidade social dos participantes; **3)** Elucidar a(s) implicação(ões) social(is) do envolvimento em um movimento cultural.

Este estudo tem como um dos nortes uma festa popular brasileira específica: a festa junina. Como o próprio nome indica, é celebrada geralmente no mês de junho – mas se estende por mais meses no calendário anual, perpassando o segundo e o terceiro triênio do ano. Transitando entre o religioso e o profano, nos termos de Trigueiro (2005), a festa é comumente conhecida por ser uma comemoração organizada pela Igreja Católica, principalmente para a celebração da data de dois santos: Santo Antônio e São João, nos dias 13 e 24 de junho, respectivamente.

A quadrilha junina é um dos elementos que compõem essa festa popular – entre vários outros, desde o vestuário até a música e as comidas típicas – que passou por reconfigurações sociais, políticas e econômicas com o passar dos anos. Atravessada pelas determinações da chamada “indústria cultural”, recebendo cada vez mais atenção da indústria midiática, a tradição deixou de ser “apenas” uma cultura transgeracional e cultivada tradicionalmente para ser um espetáculo que envolve não só os participantes – brincantes¹ – ou os espectadores que a consomem, mas há toda uma estruturação e movimentação econômica e financeira por trás, principalmente das quadrilhas ditas estilizadas, que competem entre si trazendo cada vez mais elementos inovadores num processo que tem se convencido chamar de espetacularização da festa.

¹ São chamados “brincantes” os dançarinos participantes da uma quadrilha junina

As quadrilhas podem ser ditas tradicionais/matutas, ou estilizadas – modernas ou recriadas –, denominam-se desta segunda maneira aquelas com mais características de espetáculo se distanciando da caricatura do caipira matuto e trazendo mais elementos para as apresentações; geralmente são essas as que estão adiante em competições.

É importante chamar atenção para o fato de que as grandes apresentações das quadrilhas – dentro e fora das festa juninas –, que mais remetem à região nordeste, tem força em Brasília pela historicidade da construção da capital do país. Durante esse processo, muitos nordestinos saíram de suas cidades natais com a promessa de uma vida melhor na cidade que foi promessa de inovação, modernidade e avanços urbanísticos. Os candangos trouxeram consigo a cultura originária de onde vieram e deram a sua contribuição não só material, mas também imaterial para a capital do país, fazendo de Brasília e entorno um ponto de encontro das regiões brasileiras.

Segundo matéria publicada em 2017 pelo Correio Braziliense, no Distrito Federal, nas décadas de 1970 e 80, as festas juninas eram inicialmente comemorações promovidas pelas paróquias de Brasília e entorno, com apresentações das quadrilhas juninas, celebrações aos santos, e festas que reuniam, e até hoje reúnem, as comunidades locais. No final da década de 1980, iniciaram-se as competições e concursos que ainda eram pequenos. Em 2000, as quadrilhas juninas participantes decidiram criar uma liga que buscasse patrocínios e apoio governamental, e para profissionalização do movimento; e foi assim que surgiu a Liga Independente de Quadrilhas do DF e Entorno (Linq-Dfe) e, desde então, o movimento tem tomado força e organização com a promoção de eventos, circuitos de festas, e conquistado espaço cultural na capital.

A escolha deste tema e a questão de partida está enraizada a partir das minhas vivências e experiências com o objeto. Desde o início da graduação, me interessei pela política pública de cultura, mas infelizmente durante o curso não tive oportunidades de me aprofundar, de fato, nas temáticas que envolvem esse âmbito das políticas. Então eu, junto com a minha orientadora, professora doutora Hayeska Costa, chegamos em “por que não aceitar o desafio de estudar, pesquisar, e escrever sobre isso se é algo que me interessa tanto?”.

O festejo junino, em específico, ocupa boa parte da minha vida desde mais nova. Foi dentro desse ambiente cultural que prestei homenagem às minhas raízes nordestinas, me desenvolvi como pessoa, aprendi a amar e admirar a arte dançada, cantada e rimada em cordel. Durante minha trajetória, cultivei o respeito à participação no festejo como espectadora, do lado de fora dos alambrados e nas arquibancadas, e também como brincante,

dançando e interpretando no arraiaí². Sempre observei com interesse, no decorrer dos anos, a dedicação de quadrilhas juninas, coreógrafos, dançarinos, a curiosidade de espectadores, a movimentação e mobilização social que esse festejo cria, principalmente, nas cidades satélites, que muito se desdobram para criar o “clima junino”.

Concursos e competições como o Arraiá Brasil, o Concurso Regional de Quadrilhas (Conqua) realizado pelo Serviço Social da Indústria (Sesi-DF) e pela Rede Globo, e o Circuito de Quadrilhas Juninas no Distrito Federal – promovidos pela Linq-Dfe –, ocorrem em Brasília e são exemplos da movimentação dentro desse campo que mobiliza não só os “eventistas” mas toda uma série de preparações que vão além do estrutural englobando toda a rotina de uma cidade – a cidade sediadora.

A quadrilha junina “Si Bobiá a gente Pimba”, objeto do presente trabalho, foi a escolhida como amostra para esta pesquisa por ser a única representante da região administrativa de Samambaia filiada à Liga até o início do ano de 2023, além de ser uma das fundadoras desta, além disso até hoje faz frente nas competições em nome de sua região. Além disso, tenho um carinho especial em vê-los dançar e crescer, sempre se destacando nos concursos e competições, representando Brasília nacionalmente, e a exemplo disso a quadrilha foi vencedora do Módulo Especial do circuito de quadrilhas juninas em 2022 – quando ainda filiada à Linq-Dfe –, e entre 14 grupos foi a representante do Distrito Federal no concurso nacional em Belo Horizonte (MG).

E é inegável a presença expressa dos jovens dentro deste grupo, afirma o coordenador da Pimba³, que no início do ano de 2023 nos ensaios para a temporada, dos 247 inscritos 60% possui menos de 30 anos de idade; considerando a responsabilidade, o comprometimento, e a disponibilidade necessárias para ser um brincante ativo – não só na Pimba, mas em diversas outras quadrilhas – me questiono “Por que a escolha de se dedicar ao festejo? Qual o significado objetivo e subjetivo da participação na quadrilha? Qual retorno eles recebem com isso?”.

Associado às informações e questionamentos trazidas até aqui, e a partir de minha percepção pessoal como integrante de quadrilha junina, adiciono que os jovens dentro das quadrilhas juninas tem presença marcante nos quesitos de participação ativa. São a maioria que compõem as equipes que participam das quadrilhas filiadas à Liga e representam boa parte das competições existentes no DF, quando nos meses de junho a agosto fervilham os eventos em paróquias, teatros, em encontros anuais regionais e nacionais que tem por atração

² É dado o nome de “arraiaí” o local utilizado para as apresentações.

³ A quadrilha junina “Si Bobiá a gente Pimba” é comumente chamada de “Pimba”, para encurtar.

principal as quadrilhas juninas. Além disso, é importante ressaltar que apesar de a festa ter seu calendário para os espectadores durante esses meses, para os jovens envolvidos na atividade não há essa sazonalidade das apresentações das festas juninas uma vez que a preparação se inicia meses antes das competições e concursos, o que exige tempo, disciplina e responsabilidade.

A juventude é uma categoria que se destaca, dentro de suas similaridades, por um momento onde é marcante a busca pela identidade e por pertencimento, pelo sentimento de participação em algo “maior que si mesmo”, e pela importância da socialização e criação de vínculos. Souza (2004) aponta a relevância dos espaços de manifestação cultural para o jovem que busca se entender subjetivamente e que é visto por protagonizar espaços. Ferreira (2006) aponta as festas e a participação nelas como elemento de identidade, enquanto Souza (2004) indica a juventude como um fase de busca identitária. Essas são mais razões pelas quais me interessa utilizar essa categoria como fonte de análise.

Além disso, como estudante de graduação e futura profissional de Serviço Social, me encontro no dever de fomentar discussões que promovam análise crítica da elaboração e execução de políticas públicas e sociais. Por essa razão, é essencial dar luz aos mais diversos âmbitos dessas políticas a fim de que não percam voz e força diante dos desmontes causados pelos avanços neoliberalistas e cortes de gastos.

Como supramencionado, infelizmente não tive a oportunidade de me aprofundar neste conteúdo durante os meus semestres na universidade, e um fator que contribuiu para essa realidade é a baixa oferta de matérias optativas e espaço na grade curricular para o estudo sobre a temática – cultura e as políticas públicas a ela relacionadas. Dito isso, este trabalho contribui para a produção de conhecimento e discussão sobre os festejos juninos e o lugar que ocupam na política de cultura, dando luz ao envolvimento dos jovens e a sua relação com esse ambiente artístico.

Chamo a atenção também para o fato de que não é possível dissociar as manifestações culturais como elemento partícipe da realidade material, e que está inserida no sistema capitalista, portanto sujeita à mercantilização e à mercê das vontades do capital e avanços neoliberais. É importante que as ações culturais sejam divulgadas e tenham acesso democratizado, tendo em vista que esse é um direito, não só do espectador, mas também dos promotores de iniciativas culturais e artísticas não só no Distrito Federal, mas no Brasil.

A pesquisa é de natureza qualitativa e foi dividida nos seguintes momentos: 1) Pesquisa documental e revisão bibliográfica; 2) Pesquisa de campo; 3) Análise crítica. Para a revisão bibliográfica, foram selecionados artigos, teses e/ou livros que abordam as categorias

teóricas de: cultura popular e festa popular, festejo junino, e juventude. Os materiais tratam os assuntos de forma individual, mas também debatem sobre os elementos com transversalidade. Autores como Caponero e Leite (2010), Farias (2005), Ferreira (2006), Pais (1990), Souza (2004), Trigueiro (2005), e Zaratim (2018) serão referências na análise de dados e na fundamentação teórica.

Segundo Laville e Dionne (1999), “um documento pode ser mais que um pergaminho poeirento”, na medida em que o termo “documento” “designa toda fonte de informações já existentes”, sejam eles dados estatísticos ou fontes audiovisuais. A pesquisa documental que embasa questões atuais sobre o objeto de estudo e suas informações estão entre jornais eletrônicos, como Correio Braziliense, G1, Agência Brasília; também em sites como o da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa; e em legislações dispostas nos sites do Senado e no Sistema Integrado de Normas Jurídicas do DF (SINJ-DF).

Usando Laville e Dionne (1999) como referências, o trabalho considera pesquisa qualitativa como “a abordagem que apoia-se, [...], em uma categorização dos elementos”, além disso, após a coleta de dados empíricos, “o pesquisador detém-se em suas peculiaridades, nas nuances que aí se expressam [...] a especificidade dos elementos do conteúdo e as relações entre esses elementos são portadoras da significação da mensagem analisada”.

A revisão bibliográfica é uma etapa de suma importância para a realização da pesquisa, “a realização da revisão da literatura em torno de uma questão é, para o pesquisador, revisar todos os trabalhos disponíveis, objetivando selecionar tudo o que possa servir em sua pesquisa” (DIONNE; LAVILLE, 1999). Essa busca de conteúdos é essencial para que sejam endossadas as informações trazidas no trabalho e para que a análise de dados tenha embasamento teórico.

A pesquisa de campo foi dividida em duas partes. A primeira parte foi aplicada por meio de questionário on-line (com auxílio da plataforma Google Forms) com perguntas de natureza fechada – questões de múltipla escolha –, e ao fim das questões foi consultado o interesse do participante em continuar para a segunda parte da pesquisa. Aqueles que optarem por contribuir na segunda parte foram entrevistados individualmente – segundo a sua disponibilidade; esse segundo momento foi direcionado por perguntas de natureza aberta e com questões aplicadas presencialmente, diferentemente da primeira etapa. Ressalto que durante a pesquisa, em ambos os momentos, houve a preservação do anonimato dos participantes.

Para a realização da pesquisa de campo, foram critérios de participação: ser um dançarino ativo da quadrilha junina “Si Bobiá a Gente Pimba” e possuir mais de 18 anos. As questões do questionário on-line e da entrevista atenderam aos requisitos propostos pelos objetivos geral e específicos, levando em consideração que a intenção do presente trabalho não é esgotar os debates que possam receber luz diante das respostas, mas promover reflexões acerca delas.

Inicialmente, para contato com os brincantes que fizeram parte da pesquisa de campo foram contatados o (os) representante (es) da quadrilha junina para o convite à participação; assim que o contato foi feito e a pesquisa foi aprovada, a divulgação da mesma foi realizada após o circuito mais assíduo de competições da quadrilha junina. A busca do contato do coordenador foi realizada através da rede social oficial da entidade no aplicativo *Instagram*, utilizada com o objetivo de divulgação de seus trabalhos, participação em eventos, e para visibilidade. A comunicação foi facilitada via redes sociais – *WhatsApp* principalmente – onde um dos coordenadores da quadrilha, Lucas Rafael Ferreira Martins Nunes – brincante da Pimba há 32 anos, desde a sua criação –, se mostra mais ativo.

Inicialmente a intenção era que a divulgação e aplicação do questionário on-line fossem realizadas durante o período dos ensaios, porém, com a agenda de competições e apresentações apertada por questões externas à mim e ao controle da quadrilha, foi preferível que o momento de efervescência passasse para que a pesquisa fosse realizada. Consultei o interesse na participação e coletei os números de telefone/celular daqueles que se manifestassem espontaneamente para envio do link do questionário – para aqueles que não possuíssem condições de acessar o link, mas ainda assim tivessem interesse em participar, disponibilizei aparelhos eletrônicos com internet para facilitar o acesso, como celular e notebook.

Para as entrevistas do segundo momento da coleta de dados empíricos serão consultadas as datas de disponibilidades dos participantes que se mostrarem interessados em continuar contribuindo e serão marcados os encontros. Se for possível, a coleta será por meio de grupo focal, mas caso seja observada a dificuldade da realização em grupo, as entrevistas serão realizadas individualmente.

Os dados foram analisados unindo a leitura base da revisão bibliográfica e os dados da pesquisa documental de maneira a responder a questão principal que norteia este trabalho: Como a participação no festejo junino afeta a realidade social dos jovens participantes da quadrilha junina “Si Bobiá a gente Pimba”, de Samambaia?

O trabalho está organizado em: **Introdução**, trazendo em suma o que contém o trabalho e sobre o que se trata; **Capítulo 1 - Cultura e Juventude**, tratando sobre os eixos de Cultura e Juventude de forma mais aprofundada – dando luz ao entendimento de festas populares, cultura, festas juninas, quadrilha junina e juventude; **Capítulo 2 - Políticas Públicas, Cultura e Juventude**, de forma a compreender brevemente o histórico das políticas públicas construídas ao redor desses dois pilares; **Capítulo 3 – “Si Bobiá a Gente Pimba”, de Samambaia para o mundo**, para contextualizar o desenvolvimento da quadrilha junina participante da pesquisa durante os anos e trazer os resultados equivalentes à aplicação da pesquisa com os brincantes voluntários; **Considerações Finais**, trazendo as considerações e apreensões pessoais da autora do trabalho após analisar toda a bibliografia e resultados da pesquisa; **Anexos**, contendo o TCLE e o questionário aplicado; e **Referências**.

CAPÍTULO 1 - Cultura e Juventude, uma análise teórica

1.1) Festanças e sociabilidade, efeitos do social na cultura do Brasil

Em 2011, o lançamento do filme “Rio” dirigido por Carlos Saldanha e tendo como cenário o Brasil, fazia fama não só nacionalmente, mas em âmbito mundial, e tornava conhecida a música “Eu quero festa” nas vozes de Alexandre Moreno, Mauro Ramos e Jullie; o refrão da música traz os versos: “Eu quero festa, viver assim, eu quero festa e voar”, dando luz à visão festiva que o país transparece globalmente.

O Brasil é conhecido pelo mundo por ter um povo caloroso e animado, e certamente as festas populares têm grande influência sobre esse *status*. Elas são parte significativa da identidade cultural, social, e política de uma comunidade ou região, e promovem a sociabilidade com o seu potencial de “formadoras da cidadania, da conscientização e da participação social” (Ferreira, 2006). Carregam simbolismos, folclore, religiosidade, manifestações artísticas, misticismo e regionalidade. Somando-se a isso, Caponero (2010, p. 100/101) contribui:

[...] As festas possuem características únicas, por estarem associadas à civilidade, por reviverem lutas, batalhas e conquistas, homenagearem heróis, personalidades e mitos. Podem estar associadas à religiosidade como acontece nas festas litúrgicas ou em louvor aos santos, principalmente em louvor aos santos padroeiros de cada localidade; podem estar ligadas aos ciclos do calendário para comemorar os momentos importantes da vida cotidiana, como no caso das festas de colheitas ou festas de culinária; podem ser festas folclóricas que recriam algo que ficou na memória coletiva; podem ser festas étnicas por expressarem a tradição cultural das comunidades de imigrantes, sobretudo europeias ou podem, ainda, ser festas de peão tão difundidas no interior do país.

Tendo isso em vista, é inegável a estreita relação das categorias de “sociabilidade” e “festa”, ainda mais quando esta é parte intrínseca do comportamento de civilidade e humanidade; destaca-se sobre as festas, em específico, a sua função social de rompimento com o cotidiano e com a monotonia da rotina – tal utilidade social é problematizada em algumas literaturas que tratam sobre a temática, alguns autores como Amaral (1998), e Ferreira (2006), são exemplo disto. Porém, o seu conceito não deve ser reduzido à pura essência da dissociação do indivíduo da realidade ou como mero escape da realidade em que nos inserimos.

É necessário apontar que existe uma diferença entre tratar essa categoria como “rompimento com o cotidiano” e um “descolamento do indivíduo da realidade”. Quando considera-se a primeira hipótese é possível afirmar que festas são uma forma de quebra da rotina – como supracitado –, é também importante se atentar ao fato de que em uma visão macro do calendário civil as festas são um marco para muitas atividades no decorrer do ano; Carnaval, Festas Juninas e Natal são três exemplos de festas que marcam início, meio e fim de ano. Então é plausível tê-la como uma forma de rompimento, mas isso não exclui a realidade de que ela também é forma de marcar a própria rotina anual por vezes.

Já a segunda hipótese – de que é uma forma de afastar o indivíduo da realidade – não será a linha seguida neste trabalho já que leva à conclusão de que as festas tiram o sujeito da realidade material, como se em um momento de euforia ou de festança deixassem de existir questões políticas, sociais e econômicas quando na realidade desde as festas caseiras até as mais complexas e com um número maior de participantes refletem justamente esses pilares reais que não devem ser ignorados.

As festas, compostas por suas diversas manifestações culturais, não só possuem o significado lírico⁴, mas também têm sentido material que é expresso por organizações institucionais, legislações que as regem e entidades representativas que levam adiante as tradições por meio das celebrações que movem grupos sociais de regiões rurais ou urbanas, e envolvem a preparação não só de espaços físicos para a recepção desses eventos, mas quebram a cotidianidade e interrompem os fazeres comuns do dia a dia.

Ferreira (2006) traz a reflexão de que a festa carrega duas facetas: 1) o “sentimento de festa”, que traz justamente a atmosfera lírica e mítica que promovem as festanças desde a sua organização até a sua execução; 2) e a “institucionalização”, que carrega o lado das regulamentações, o envolvimento comunitário do grupo festivo, os componentes organizacionais para tal, e as fundamentações sociológicas, históricas e políticas para a realização de uma festa considerando o homem como um ser social partícipe de um contexto histórico.

Trigueiro (2005) elucida o fato de que as festas carregam um quê ritualístico, muitas das quais com teor e origem religiosa, mas que essa característica tem se renovado para atender as demandas de consumo das festas populares principalmente. A maior intenção dos festejos promovidos não é mais homenagear um santo ou cultuá-lo através da festa. A cultura se espelha na sociedade, à medida que esta se modifica aquela também tende a seguir os

⁴ Gostaria de me referir a “sentido lírico” como sendo um momento de mistura de sentimentos, como um ambiente para divertimento, danças, e confraternização.

mesmos rumos. Sendo assim, muitas das festas que eram dotadas de significados rituais e religiosos, cheios de sentido espiritual – como a Festa de São João – hoje são preparadas para espetacularização e mídia de forma que chame atenção do mercado, movimentando assim a economia local. Esse é um exemplo do reflexo da cultura que vai se renovando com os movimentos de produção e reprodução social.

As mudanças nas festividades também são decorrentes da sociedade capitalista, ainda mais quando se leva em consideração os avanços neoliberais que se apropriam dos elementos do cotidiano para lucro. Sobre isso os autores (Caponero, 2010; Farias, 2005; Ferreira, 2006; Trigueiro, 2005; e Zaratim, 2018) levantam o quão as festas se desenvolveram na direção de vendas, tornando agradáveis aos olhos da mídia e do comércio tudo o que envolve principalmente as festas populares.

Atualmente, observa-se um “esvaziamento” do religioso nas festas brasileiras, uma vez que o “secular” toma o seu lugar muito fortemente na mídia e no modelo capitalista, um movimento natural é de que se faça desta mais uma forma de consumo – lembrando o que já foi supracitado, de que moldada pela realidade da sociedade capitalista e fazendo parte da realidade social, como já citado. Os sentidos míticos vão dando lugar às necessidades lucrativas de cada local comprovando o encaixe capitalista na festa, “as festas populares são então transformadas em um recurso cultural de enorme poder político e econômico” (Caponero, 2010).

Sobre as mutações significativas e nuances entre o tradicional e o moderno, e dentro de uma discussão polarizada entre a renovação ou não da cultura⁵ Amaral (1998, p. 24) discute:

Tais estudos, se servem como documentos por seu caráter minuciosamente descritivo dos eventos em si e no momento em que se realizam, poucas vezes apresentam a preocupação com o registro dos contextos sociais e econômicos em que ocorrem. Excessivamente preocupados em buscar o que se considera ser o “original”, o “tradicional”, as “sobrevivências culturais”, escapa aos observadores não apenas os processos transformativos, mas também as razões que os impulsionam.

As festividades também possuem funções comunicativas; comunicam as diversas realidades que rodeiam a sua realização. Transmitem informações e proporcionam registros

⁵ Esse debate gira em torno da divergência existente entre a cultura ser a perpetuação da tradição ou de ser um elemento que pode se renovar e modernizar acompanhando a sociedade.

que vão desde o contexto histórico em que se inserem até às informações sobre a sociedade ou grupo social que proporcionam e/ou participam da festividade. É uma impressão temporal do misto de acontecimentos sociais tanto objetivos quanto uma troca de culturas subjetivas que cada indivíduo participe adiciona à socialização. As festas têm potencial comunicador do estilo de vida de quem participa, mas também podem ser a comunicação e reivindicação de necessidades políticas e econômicas – nos bloquinhos de carnaval, por exemplo, apesar do teor de divertimento da montagem de fantasias, é comum que também seja uma forma de expressão de ideologias políticas, de sexualidade e até mesmo de religião.

Soma-se às informações acima o fato de que, uma vez que as festas são o reflexo da sociedade, os espaços para tal se tornam também ambiente capaz de abarcar manifestações políticas, refletir realidades sociais e econômicas de quem frequenta – seja anfitrião, ou convidado. Um exemplo de festa que reflete na prática todos os elementos já mencionados é a festa junina, que será tratada de forma mais profunda no texto consecutivamente.

1.1.1) Festas Juninas, parte característica da cultura e sociedade brasileira

Algumas festas como o Carnaval no Rio de Janeiro, por exemplo, são referência quando se trata de brasilidade, atraindo não só moradores locais, mas a visita de turistas e a atenção midiática. Outras festas como Bumba meu Boi, a Folia de Reis, e a Congada fazem parte do calendário anual de eventos no país. Todas essas tendo como similaridade o fato de espelharem as realidades sociais das localidades de onde ocorrem e dos turistas que as frequentam.

Dando foco à festa junina é essencial apontar que atualmente ela está ocupando novos ambientes, significados, e incorporando novos elementos além das celebrações religiosas – promovidas pela Igreja Católica –, as festas juninas se tornaram mais um espaço de socialização e manifestações culturais, e refletem as novas realidades sociais, políticas e econômicas que a envolvem. É imprescindível dar luz ao fato de que essas mudanças ocorrem pois não é possível dissociar a cultura da realidade material capitalista – a cultura não existe por si só, está diretamente ligada à realidade –, e é justamente o capitalismo que dá os ditames de funcionamento da vida dos indivíduos, inclusive a o que concerne o consumo de cultura e como ela se reproduz.

Essa festa especificamente é de raiz principalmente nordestina e conhecida por trazer fortes elementos das culturas do norte e nordeste do país, muito do que compõe as comidas típicas, danças, roupa, e até estilo musical usado nas reuniões juninas das mais simples até as mais elaboradas.

Os elementos que geralmente são tidos como típicos variam desde a alimentação até a vestimenta comum e as músicas escutadas. A comercialização dessa festa se torna grande e cada vez mais presente na mídia e tende a acrescentar mais mudanças no passar do tempo. Tal modernização leva à cultura do consumo, então são produzidas músicas, alimentos, entretenimento que vendem e que atraem o público. Roupas típicas de tecido de chita ou com estampas quadriculadas enfeitam os convidados e são vendidas aos montes e em maior preço em lojas de fantasias e armarinhos, alimentos que provém do milho – o qual tem sua época de colheita no mês de junho – tomam as mesas e barraquinhas, artistas nordestinos dos gêneros de música sertanejo e forró ganham forte destaque nas grandes festas organizadas pelos governos locais.

É necessário dar luz ao poder de “migração” que as festas juninas possuem, movimentando economicamente cidades e estados que recebem toda a atenção nessa época do ano. A alta temporada das férias, principalmente nos meses de junho e julho, dão maior potencial de consumo turístico inclusive no nordeste, que contém regiões com praias conhecidas e bastante visitadas naturalmente, esses eventos festivos, então, agregam ainda mais valor à região. Vendedores locais, pontos turísticos, o setor hoteleiro, e até mesmo a economia num geral passam a ser mais movimentadas. Daniela Carneiro, ministra do Turismo no primeiro semestre do ano de 2023, afirma: “as festas juninas se tornam não apenas grandes celebrações culturais, mas também motores que movimentam o turismo e a economia e que impulsionam o desenvolvimento sustentável das comunidades, promovendo o intercâmbio cultural entre visitantes e moradores”.

No ano de 2023, o Ministério do Turismo levantou dados que estimavam a movimentação promovida pela festa não só em âmbito econômico, mas também de turistas. Estimou-se que as festas juninas promovidas esse ano teriam “uma das maiores movimentações econômicas e de público dos últimos anos”, os dados divulgados no início do mês de junho apontam que as festividades dos santos culturalmente celebrados nessa época – Santo Antônio, São Pedro e São João – deveriam mobilizar mais de 26 milhões de pessoas e arrecadar cerca de R\$ 6 bilhões pelo país, mais de metade do montante financeiro contabilizados no ano de 2022 – de pouco mais de R\$ 3 bilhões. São citados nesse levantamento de dados estados principalmente da região nordeste do país como: Pernambuco

– onde ocorre o São João de Caruaru –, Paraíba – onde, em Campina Grande é sediado o Maior São João do Mundo –, Bahia, Maranhão, Ceará, entre outros.

O Maior São João do Mundo, que ocorre em Campina Grande, é um exemplo de festa junina que atrai enorme quantidade de turistas para o local. Não só visitantes mas comerciantes e festeiros⁶ se deslocam para fazer o nome de um dos principais festejos juninos brasileiros. Se tornou um dos grandes símbolos culturais da região da Paraíba e movimenta milhões – em pessoas e em dinheiro. Nascida em 1983, no ano de 2023 a festa completa 40 anos de atividade e como forma de comemoração, a festança durou mais de trinta dias – que já é o número comumente dedicado à festa na região paraibana – fazendo jus ao título.

Segundo matéria no G1, em 2023 “340 artistas passaram pelo Parque do Povo, sendo quase 100 com shows somente no palco principal”, foram dados destaques a grandes nomes nacionais dos gêneros musicais do sertanejo e forró, como por exemplo Zé Ramalho, Elba Ramalho, Zé Vaqueiro e João Gomes, representantes de “velha” e “jovem” guarda de artistas nordestinos. Por noite, a organização do evento “pôde receber um público máximo de 57 mil pessoas”.

Em Brasília, o exemplo que temos de festa junina de grande porte é o “Maior São João do Cerrado” que teve a sua 14ª edição no ano de 2022, retornando após a pandemia da Covid-19. É um evento que ocorre na região administrativa de Ceilândia e teve o custo de entrada de um ingresso solidário no valor de R\$ 2,00 – o valor arrecadado foi repassado para o Instituto Embalando Sonhos, de Samambaia. Promove shows de artistas locais como a dupla Alisson e Ariel, e traz também nomes grandes da música brasileira, como Elba Ramalho.

Demais atrações como barraquinhas de comida típica, “ilhas” de forró⁷, e apresentações de quadrilhas juninas são divulgadas para entretenimento do público. Segundo o site Agência Brasília a 14ª edição do evento “gera 1.420 empregos” e acrescenta que “as secretarias de Cultura e Economia Criativa e de Turismo investiram, juntas, R\$ 1,3 milhão no evento”. A previsão da subsecretaria de Difusão e Diversidade Cultural era de que a passagem fosse de 90 mil pessoas no local do festejo durante os três dias de festa.

Contribui Zaratim (2018) sobre as festas juninas que “na atualidade apresentam modos peculiares na dinâmica de produção, bem como a circulação de elementos que as compõem enquanto modalidade festeira da cultura popular”, isso se reflete nos modos de

⁶ Utilizo o termo me referindo àqueles que promovem festas e eventos.

⁷ Nos eventos juninos e julinos existem pontos espaçados no ambiente físico do evento onde tocadores de forró locais ou convidados fazem apresentações nos intervalos das atrações principais que geralmente se apresentam em um local fixo com mais foco e com horários pré-agendados.

vestir, nos alimentos consumidos e vendidos e em toda a movimentação mercantil que se constrói ao redor desse festejo que marca de forma vibrante o meio do ano.

1.1.2) Quadrilhas Juninas: Mais que uma performance

As quadrilhas juninas são um ponto de destaque para a midiaticização do festejo junino. Muitos dos turistas que viajam, por exemplo, para Campina Grande ou Caruaru e o fazem para assistir as quadrilhas juninas que se preparam por muito tempo para fazer um espetáculo. São participantes grupos do Brasil inteiro para se apresentarem, desde juninas⁸ sulistas, até as do centro-oeste e do próprio nordeste. Não só apresentações, mas também são promovidas competições que fortalecem a movimentação nacional das quadrilhas juninas para se empenharem o máximo possível para entregarem ao público e aos jurados um verdadeiro espetáculo. E essa é a palavra: espetáculo. Os eventos são proporcionados e as coreografias montadas para que sejam interessantes aos olhos do público; as quadrilhas juninas que levam o “matuto” no nome passam a dar lugar às quadrilhas estilizadas, que trazem elementos que vão além da dança.

Em geral, as danças contam muito do folclore brasileiro e de histórias de Lampião e Maria Bonita durante as apresentações. Porém, com o passar dos anos, os enredos se inovam e vão das secas do sertão até a força da mulher nordestina, cada vez mais moldadas por perspectivas atuais e contemplando necessidades e realidades que vão além do performar. A performance e a dança em si são partes de um todo que é o conjunto de significados empregados tanto por espectadores quanto por brincantes ao movimento junino. Gostaria de pontuar nesse momento que passarei brevemente pelas quadrilhas juninas matutas para me debruçar um pouco mais nas ditas estilizadas, que são o foco deste trabalho.

Há entre os brincantes e dentro da própria literatura sobre a temática (CHIANCA; TRIGUEIRO; ZARATIM) uma forte discussão sobre a renovação ou não das quadrilhas juninas, sobre a necessidade de uma espécie de “preservação” a ser feita com relação às apresentações e ao próprio festejo junino, porém, entrando brevemente neste ponto, gostaria de sinalizar mais uma vez a cultura como espelho de sociedade e como parte desta; dissociar as discussões e desenvolvimentos sociais das manifestações culturais é ignorar as ressignificações dadas ao tradicional – não é se desfazer da tradição, é acrescentar a ela novos sentidos e elementos da contemporaneidade.

⁸ Peço licença ao leitor para me referir às quadrilhas juninas dessa maneira, como “apelido carinhoso”

Considerando agora as vertentes supramencionadas – as matutas e as estilizadas –, compreende-se que as quadrilhas juninas matutas são tidas como mais “tradicionais”⁹. Nas juninas de modalidade matuta é explorado o estereótipo do caipira inocente – como o próprio nome diz “matuto” –, sendo dada a este características pela perspectiva do ponto de vista de um ambiente urbano: os dialetos com fala “errada”, as vestimentas em roupas mal acabadas com remendos, dentes pintados, os chapéus de palha ou cabelos em “maria chiquinha” são exemplos de pontos comuns dentro dessas quadrilhas. Tenho certeza que você, leitor, já presenciou uma apresentação de quadrilha junina matuta ou até mesmo fez parte de uma dança coreografada onde fez roda, agradeceu pela chuva, gritou quando ouviu o marcador alertar sobre a cobra e voltou o caminho quando lhe foi dito “a ponte quebrou”.

Zaratim (2014) traz muito bem a colocação de que quadrilhas juninas dessa modalidade são bastante típicas principalmente nos calendários escolares de redes públicas e privadas que são muitas vezes ensaiadas pelas pedagogas e pedagogos que acompanham as crianças em sala de aula. As apresentações reforçam uma caricatura jocosa não só do nordestino mas do homem do campo sob uma perspectiva submissa do ponto de vista citadino.

Quanto às juninas de modalidade estilizada – modernas ou recriadas¹⁰ – é perceptível o acréscimo de efeitos especiais, enredos com teor social e político além de exaustivos ensaios em preparação para as competições acirradas e apresentações durante o circuito junino¹¹, que tem maior efervescência nos meses de junho e julho bem recentes levando em consideração o longo histórico desse elemento dentro da cultura brasileira. As roupas deixam de ser de chita e mal acabadas e passam a ser chamativas e glamourosas com grandes saíotes para as mulheres e com estética padrão para os homens, as maquiagens são artísticas e bem elaboradas – muitas vezes dando vida a personagens que antes não seriam marcados em uma quadrilha matuta –, efeitos especiais como fogos de artifício, canhões de confete e carros alegóricos com cenários complexos são apenas alguns elementos que fazem parte dessa modalidade em ascensão, “nesse contexto”, segundo Zaratim (2014), “é que notamos que a reelaboração da tradição junina pode criar novas simbologias e significações”

Zaratim (2014, p. 49) contribui sobre as renovações dentro do movimento junino:

⁹ Nos termos de Zaratim (2014) “a chamada quadrilha junina tradicional é hoje vista, principalmente, como conteúdo das comemorações do calendário escolar público e privado [...] dialoga com as figuras do imaginário festivo junino [...] o matuto, as vestimentas, o arraial, a música e a dança” (p. 35).

¹⁰ Zaratim (2014) traz essas duas nomenclaturas a mais, além de “estilizadas”, para se referir às quadrilhas juninas que não são concebidas como matutas.

¹¹ Compreende-se o circuito junino como o período de preparação para as festas, não somente os meses de apresentação. Geralmente ocupa boa parte do ano dos brincantes envolvidos nas juninas. (ZARATIM, 2014)

“A quadrilha junina é uma manifestação que está a serviço do povo e em constante transformação, considerando-a como uma construção cultural do presente que se estende e se aprofunda em práticas sociais cotidianas, não só em relação à dança, mas também no resultado social.”

É importante pontuar que existem os “dois lados da moeda” quando se trata das quadrilhas juninas estilizadas. Não somente o espetáculo responde à comercialização do festejo como também envolve mais fortemente os brincantes que precisam se dedicar com maior comprometimento e durante mais tempo do ano para entregar uma apresentação que atenda às expectativas do público, dos possíveis jurados e até mesmo para existir potencial de equiparação com outras quadrilhas que seguem o mesmo “formato” nos circuitos existentes – o que cria rixas entre algumas juninas em posição de competições.

Dançar quadrilha junina não é somente uma manifestação da cultura brasileira. Essa ação está repleta de aspectos tradicionais, rituais, bem como posicionamentos religiosos e políticos. Existe uma continuidade da tradição articulada pelos sujeitos que fazem essa festa, recriando a cada década performances na cultura junina. As inovações que aparecem nesse processo de modificações, que sofre essa modalidade da dança junina, são elucidadas à medida que discorro sobre a história e aponto as transformações na dinâmica de produção dos grupos juninos. (P. 22/23)

Respondendo às transformações sociais e às necessidades do capital, as quadrilhas estilizadas chamam maior atenção e atraem maior número de turistas para os locais que proporcionam as festas juninas tendo as quadrilhas como atração não só a nível regional – dando aos moradores locais mais uma opção de entretenimento, mas a nível nacional também – fazendo o movimento de turistas de um lugar a outro maior e dando oportunidades laborais mesmo que apenas por esse período do ano.

Gostaria de acentuar também o lado dos brincantes dentro dessas performances. Existem participantes nas festas do lado de fora do alambrado, mas também as que estão no arraiá. Nazareth (2005) chama a atenção para o protagonismo que recebe o dançarino que se propõe a estar sob os olhares dos espectadores, é um importante aspecto que será tratado no discorrer do debruçamento sobre os estudos empíricos pois é um ponto chave na motivação de quem promove e executa as coreografias complexas propiciando os espetáculos atuais presentes nas festas juninas.

1.2) Juventude, categoria social além da faixa etária

Acerca da juventude, como categoria a ser tratada neste trabalho, é de suma importância expor que as linhas teóricas envolvendo-a são análises provenientes de diversas áreas: sociológicas, pedagógicas, psicológicas, aquelas que observam as mudanças físicas, as que analisam comportamentos decorrentes da idade. Além disso, gostaria de acrescentar que a intenção não é limitar o conceito de forma a torná-lo rígido ou mesmo esgotar a discussão, é apenas um momento de pontuar a compreensão teórica de “juventude” da qual parte este trabalho.

A “juventude” passou a ser melhor observada do século XIX para cá, e nesse contexto é importante citar que mesmo os conceitos de infância e adolescência também só foram tomar atenção recentemente, no final dos anos 80, e ainda são altamente discutidos principalmente nas áreas de psicologia e educação com reflexos ainda na atualidade – durante os anos que antecederam meados do século XVIII, por exemplo, a criança foi tratada como um “pequeno adulto”, tendo as mesmas responsabilidades e tratamento. Por isso, por muito tempo, o “jovem” foi definido apenas por sua idade e reduzido a um simples momento ou mera fase da vida usada de trânsito da adolescência para a vida adulta.

Por essa perspectiva, o termo é bastante relacionado como um período de maturidade, um momento onde se é necessário escolher prioridades, decidir caminhos e se tornar adulto deixando as coisas de criança para trás e ir em busca da “adulterz”¹². Souza (2004) indica que essa perspectiva transitória pode justamente acarretar uma definição mais completa de juventude, pois sendo este um “rito de passagem” para a vida adulta, basta-se definir o que vem antes, e o que viria depois – logo, esvazia-se o significado.

Essa análise dá uma característica de juventude, mas não a define, sobretudo quando se leva em conta que em toda a vida o sujeito passa por períodos de maturação que se estendem por todos os âmbitos seja financeiro, social, de carreira, descoberta e construção de identidade própria. Como trazem Melucci (1992) e Souza (2004), a vida não se faz em processo linear, dessa forma, impor as barreiras dessa característica apenas limitaria um conceito que possui amplos pontos a serem levados em consideração.

Pode-se dizer que muito desse ponto de vista etarista acontece por confundir-se a adolescência com juventude, e não necessariamente uma coisa está atrelada à outra. É

¹² Peço licença ao leitor para adicionar o termo “adulterz”, nesse momento me pareceu apropriado, considerando um conjunto de características que cercam o adulto em si: as responsabilidades, as questões de sociabilidade, o conjunto de desenvolvimentos biológico e psicológico envolvendo a faixa etária. Não tive contato com nenhuma referência que trabalhasse esse termo, e a minha intenção em usá-lo é adjetivar o “momento de ser adulto”.

importante pontuar que apesar de o adolescente ser sim um jovem e de a adolescência fazer parte da juventude, não necessariamente todo jovem é adolescente. Pais (1990) é mais um dos autores que fazem críticas à perspectiva sociológica de juventude vista apenas como uma fase intermediária entre a adolescência e a vida adulta.

Porém, neste trabalho não há concordância com essa definição restritiva – que pode até trazer um engessamento para análise de “juventude” –, porque ela revela uma relação de poder que vem da verticalização da idade que permeia as relações sociais envolvendo indivíduos de faixas etárias diferentes. É comum que sejam desconsideradas opiniões, contribuições intelectuais e sociais, e até mesmo que seja feita segregação de sujeitos que sejam mais novos por uma estereotipação de “falta de sabedoria”, “pouca inteligência”, “inocência”, e “imaturidade comportamental”.

Certamente esse fato leva a um empobrecimento de trocas intergeracionais que envolvam formas de pensar diferentes, novas culturas, inovações, e até cultivo do que antes foi positivo na história. Ressalto também que não excluo a realidade de que esse fato acontece inversamente, mas diante minha perspectiva, esse é um comportamento reflexo. Este trabalho tratará a juventude como espécie de um espectro – sem deixar de considerar que isso não desloca o jovem da sociedade, é um grupo que faz parte dela.

Segundo Souza (2004) a juventude é uma categoria inventada por adultos, dessa forma, também uma maneira de hierarquização etária – como supracitado. A ideia de que o jovem sabe menos, vive menos, e a sua troca e posicionamento com relação ao adulto deve ser de submissão dentro de uma relação de poder são nítidas no cotidiano. Ainda mais quando é levado em consideração o estigma do “jovem transgressor”, que é muito atrelado principalmente à fase da adolescência – no momento de juventude é deixado para trás boa parte da adolescência para dar lugar às responsabilidades que provém da fase adulta, mas não se abandonam todos os traços daquela – por muitas vezes o jovem é subestimado dentro de suas relações sociais e até mesmo invalidado. Souza (p. 47/48, 2004), já mencionada, contribui:

A juventude – uma categoria *inventada* pelos adultos – mantém-se, mas os seus gostos, atitudes, sonhos e sentidos tornam-se cada vez mais difíceis de somatizar. A experiência social contemporânea marca as idades juvenis com um profundo desejo de viver em grupo, fazer-se na relação com o outro. O *eu* é relacional e móvel para responder a uma contemporaneidade que exige flexibilidade. [...] As redes interativas dos jovens diversificam-se cada vez mais, com grande dispersão das identidades e projetos.”

Pais (1993) levantando a forma de olhar para a juventude como aparente unidade e como diversidade traz uma análise rica. Aparente unidade pois quando se remete à “juventude” logo se massifica o grupo de jovens como um só, quando na realidade é mais provável que essa seja a única característica compartilhada – a de ser juvenil –, quando na realidade esse grupo é formado por jovens – como diversidade –, e cada jovem carregando consigo seu contexto social, sua realidade econômica – enfim, sua realidade objetiva –, e seus sonhos pessoais, princípios morais e em momentos de vida únicos. Pode haver um jovem aos 22 finalizando a faculdade escolhida e um outro jovem, de mesmo grupo social, também aos 22, planejando seu casamento.

O que não se pode perder de vista é o lugar ocupado pelo jovem dentro da sociedade – ponto aqui que o “ser jovem” diferencia-se de “juventude”, apesar de serem correlacionados, o grupo não define um indivíduo só, devem ser levadas em consideração a sua subjetividade e a sua realidade social, econômica e política, segundo Pais (1993). Acrescento que a juventude carrega consigo a busca pelo pertencimento e reconhecimento, e considerando-se o mundo globalizado, pertencer é a possibilidade de fazer parte de algo que não necessariamente está localizado no espaço, dando aberturas para conexões internacionais que independem de locomoção, horário e até mesmo derrubam as barreiras da linguagem.

Sobre isso, Souza (2004) contribui que “a socialização dos jovens está se produzindo em outros ambientes, onde as trocas culturais criam novos estilos de se vincular ao mundo, de decidir e de enfrentar problemas”; é inegável que as praças, os shoppings e as salas de aula – sejam da faculdade ou da escola – não mais unicamente o ambiente de exibição e trocas de experiência. O jovem recebe oportunidades de ter contato mais amplamente com o mundo agora mais do que seria possível em 1990, por exemplo.

Gostaria de me debruçar um pouco mais no caráter juvenil de busca de identidade. Algo que há em comum nesse grupo social – além da própria característica juvenil – é a busca constante pelo pertencimento a algo maior que si mesmo e se reconhecer significativo no universo lotado de diversidades de culturas, grupos sociais e vontades; é a necessidade de ser único, mas ainda assim estar dentro de um “todo”. Acerca disto, Pais (1993) faz menção às tribos, “se os indivíduos que integram algumas tribos urbanas se distanciam de determinados padrões sociais, não é propriamente com o objetivo de se isolarem de tudo o que os rodeia, mas para se reencontrarem com grupos de referências mais próximos dos seus ideais”. Não é apenas a busca pela identidade, mas possuir o sentimento identitário.

E é necessário destacar que o sentimento identitário envolve mais do que apenas o reconhecer-se ou identificar-se por si só, mas é ser também reconhecido pelo mundo que o rodeia, é uma espécie de via de mão dupla que não exige apenas do jovem mas da sociedade; não é apenas acontecer ao mundo, mas esperar que o sujeito aconteça ao mundo também. Se enxergar existente – incluindo desejos pessoais, princípios, e características próprias –, mas estar ciente de que para que isso se concretize, os outros¹³ precisam enxergar também.

Atualmente, o “ser enxergado” traduz-se nas exposições excessivas nas redes sociais. O mundo globalizado tornou possível e mais alcançável atingir a via de mão dupla que é alcançar o sentimento identitário. Não só isso, mas também abre um leque de sociabilidades e culturas que provavelmente seriam desconhecidas se as atuais ferramentas não estivessem disponíveis – internet, redes sociais, notícias ao vivo. Porém, com um rol tão grande de informações, diz Souza (2004) que “hoje, a diferenciação, os múltiplos pertencimentos sociais e a aceleração das mudanças tornam difícil a unidade e o limite entre a procura de si, e a perda de si é tênue”.

Ainda sobre esse caráter fortemente notado no período de juventude, gostaria de pontuar que essa é uma característica contínua. Muito acentuada no jovem, mas que não é inflexível ou mesmo se enrijece, mas que sendo ela dependente principalmente do meio social escolhido – e também composta por escolhas tomadas no decorrer do tempo – a identidade é mutável e se molda se exposta a novas realidades. Isso é, os traços menos enraizados.

E os movimentos culturais são espaços disponíveis para o exercício da sociabilidade e para a identificação de si mesmo com as ideologias, as programações e os significados presentes em um grupo social. A quadrilha junina é um exemplo de movimento cultural onde há construção da individualidade dentro de um coletivo – como veremos no resultado da coleta de dados no **Capítulo 3**.

¹³ Cabe ao grupo dos “outros” pessoas próximas e conhecidas: o reconhecimento familiar e do próprio grupo social de amizade; e também de desconhecidos: sejam em redes sociais, nos ambientes frequentados, de faixas etárias diferentes, mas também da própria faixa etária.

CAPÍTULO 2 - Políticas Públicas, Cultura e Juventude

2.1) Política Pública e Cultura

É importante, para se pensar na qualidade e no alcance das políticas públicas de cultura e disponíveis para a juventude, ter em mente o que essas duas esferas sociais e políticas significam para o Estado, sendo este o mantenedor e o responsável por distribuir entre elas e as demais políticas a quantia anual necessária para a sua existência dentro do orçamento público – seja ele regional ou nacional.

A Política Pública de Cultura está em defasagem mesmo antes de sua criação, e isso se dá pela forma como o Estado compreende primeiramente a cultura em si e depois a importância dela socialmente. A cultura brasileira se construiu sob um ponto de vista eurocêntrico e elitizado (RUBIM, BARBALHO; 2007) tendo em vista que só era tida como tal se fosse produzida por família de nomes e exposta em lugares e para pessoas com prestígio social – um exemplo disso é a própria dança de quadrilha, que tem a sua origem nos palácios franceses e só se popularizou quando as classes populares começaram a reproduzir a dança nos campos (ZARATIM; 2014).

A chamada “cultura popular” só começa a ser vista e reconhecida minimamente como cultura após a redemocratização do Brasil (RUBIM, BARBALHO; 2007), após muitos movimentos artísticos que objetivavam dar visibilidade para a arte e para os artistas que produziam dentre as massas e contra os símbolos de opressão da burguesia e do Estado, segundo Rubim e Barbalho “as elites gostam da cultura popular, mas simpatizam muito pouco com o povo que a produz”. Considerando-se os períodos que se passaram desde a instauração da República, à redemocratização do país, foi um longo percurso histórico percorrido para que o entendimento de cultura fosse entendida e validada se também produzida em campos fora da burguesia, quando o Brasil passou a se moldar a ter identidade nacional.

“À medida que a sociedade brasileira se torna mais complexa, mais diferenciadas e múltiplas passam a ser as demandas que o Estado recebe em relação a apoio e patrocínio, ou no mínimo, por reconhecimento e legitimidade para determinadas manifestações culturais.” (RUBIM; BARBALHO; 2007. p. 66)

E foi apenas no Governo Vargas que surgiu a preocupação da criação de um Ministério voltado para a gestão cultural, “o surgimento de novos meios de comunicação ou de novas manifestações artísticas [...] passa a ser também uma preocupação destes formuladores de políticas culturais”, porém, mesmo com a necessidade de políticas que regessem a cultura, o departamento estatal responsável pela tarefa tinha a transversalidade de educação e saúde até o período de redemocratização. Isto é, não era central na sua própria política, pois “dividia atenção” com esses outros dois setores.

É importante pontuar que a “gestão cultural” se diferencia de “apoio cultural”; o departamento responsável pelo acompanhamento e entendimento da Cultura não se pautava em um fomento para as manifestações culturais, mas em uma forma de controle destas, principalmente quando falamos sobre a utilização de repressão e censuras sobre a cultura em períodos de autoritarismo do Estado brasileiro. A característica dirigista é o que marca o início das políticas que acompanham a cultura no Brasil.

“Ao mesmo tempo em que o carnaval e o samba saem da marginalidade e são alcançados à condição de símbolos nacionais, as letras dos sambas que elogiam o malandro e a malandragem são censuradas pelo DIP e a polícia passa a fiscalizar e definir até o tipo de fantasias que podiam ser usadas e os temas que as escolas de samba, recém-criadas, podiam levar para a avenida, recebendo patrocínio do Estado desde que adotassem temas patrióticos, de afirmação da ética do trabalho e que exaltasse o regime.” (RUBIM; BARBALHO; 2007. p. 69)

Na Ditadura Militar a preocupação não se fazia em fomentar e sustentar a cultura, mas em controlar a sua produção, e isso se dá principalmente se levarmos em consideração as características do autoritarismo, da censura e da repressão presentes nesse período da História do Brasil. Por esse motivo, as iniciativas privadas e empresariais se destacaram – pela falta de apoio do setor público e de iniciativas públicas que abarcassem as necessidades culturais. “Da inoperância do setor público de cultura e da falta de políticas culturais é que advém a emergência de uma série de movimentos culturais que passam ao largo do Estado e oxigenando a produção cultural entre os anos de 40 e 60” (RUBIM; BARBALHO; 2007. p.70).

Dessa forma passam a ser consumidos produtos culturais, dando mais força à chamada “Indústria cultural”, não só pela falta de políticas públicas mas pela evolução e crescimento dos centros urbanos e dos avanços dos meios de comunicação e mídia que deram maior visibilidade às produções do cinema, televisão e rádio. Assim a cultura passou a ser um

produto mais acessível e popularizado não sendo restrito aos espaços em museus, teatros grandiosos e espaços sociais frequentados pela parcela populacional com maior poder aquisitivo. Porém, surge diante disso uma questão: enquanto o setor privado se ocupa em comercializar a arte que é mais consumida no mercado, outros tipos de arte passam a ser mais necessitadas do Estado para se sustentar pelo decaimento de público e renda. Sobre isso, o autor Sérgio Miceli (p. 27. 1984) diz:

“[...] deixando a cargo da empresa privada as melhores oportunidades de investimento e faturamento no campo da produção cultural. Cabe aos grandes empreendedores particulares explorar as oportunidades de investimento naquelas atividades e frentes de expansão capazes de assegurar as mais elevadas taxas de retorno sobre o capital, tais como os fascículos, a televisão, as estações de rádio FM [...]”

Passado o período ditatorial, a criação do Ministério da Cultura foi um marco do governo democrático para o manejo desse setor – não só desses, mas da preocupação dos setores públicos em geral e para a reconstrução do gerenciamento da administração pública no Brasil. Os órgãos públicos passam a ser melhor observados e regidos, principalmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Porém é inegável que o setor de Cultura, apesar de receber nova diligência e legislações fundamentais para sua sustentação, contém marcas do seu histórico desde a suas primeiras concepções no Brasil.

É possível analisar dessa forma que, não só a cultura, mas todas as políticas públicas e a sua administração e execução de programas possuem “fomentos sazonais”¹⁴ que são dependentes dos governos que as regem. E no decorrer do histórico de governos do Brasil, a política pública de cultura não é posta como uma prioridade a ser suprida financeiramente, entrando em decadência no seu processo de gestão e sendo mais suscetível a sucateamentos e desvalorização.

Além disso, o autor Sérgio Miceli levanta que há uma “postura eminentemente patrimonial” das instituições públicas envolvidas com o setor cultural; dessa forma, a preocupação estatal passa a ser mais para a conservação da cultura “histórica” do que de fomento da atual produção cultural em si, abrindo brechas para a iniciativa privada a responsabilidade dessa função. Acrescido a isso, nos anos 80 “quase todas as atividades

¹⁴ Peço licença ao leitor para usar esse termo como forma de explicação para como existe uma espécie de sazonalidade e descontinuidade nos fomentos aos programas culturais, não sendo uma preocupação governamental constante ou que sempre tenha relevância nas pautas.

artísticas que dão prejuízo passaram, nas duas últimas décadas, a ser subvencionadas pelo poder público” e ainda “fazendo com que o montante mais elevado de recursos [...] seja alocado a serviços incubidos do trabalho de preservação e restauração do legado histórico e artístico”. Ainda sobre isso, Sérgio Miceli (p. 28. 1984) diz:

“O elemento propulsor do trabalho cultural desenvolvido pelas instituições públicas federais deriva de uma postura eminentemente patrimonial, que se volta quer para a restauração de monumentos de “pedra e cal” e obras de arte do passado (PCH, IPHAN, SPHAN etc), quer para a “conservação” de algumas atividades artísticas (artes plásticas, música erudita etc.), quer para a “indexação” de elementos materiais associados às manifestações populares (folclore), quer enfim para a “proteção” material e institucional de produtores cujas atividades vêm perdendo terreno no mercado de bens culturais (teatro, cinema)”.

Sendo assim, recorre-se ao Estado quando se trata sobre os nichos de produção cultural que não possuem espaço no mercado e não são rentáveis para a iniciativa privada, os meios populares de consumo cultural – como a televisão, e a música – estão sob a atenção de empresas e grandes empresários. A consequência disso recai não só para o desmantelamento do setor público cultural – já que o investimento financeiro é reduzido – mas o acesso à cultura também torna-se menos democratizado, tendo em vista que a participação nos eventos promovidos por empresas em geral tem um valor alto de aquisição de ingressos.

A exemplo do sucateamento nessa política é possível pontuar a extinção do Ministério da Cultura (MinC) no ano de 2019 durante o Governo Bolsonaro, segundo site do Ministério da Cultura “Jair Bolsonaro anunciou o fim do MinC e a sua incorporação pelo Ministério da Cidadania, sob a forma da Secretaria Especial de Cultura”, somente em 1º de janeiro de 2023 a cultura retornou ao status ministerial. Atualmente o principal programa do MinC é o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) sustentado por meio da Lei de Incentivo à Cultura, criado por Sérgio Paulo Rouanet. O Pronac foi instituído inicialmente por meio da Lei nº 7.505/86, onde a ementa “dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico”; os princípios desta foram restabelecidos no ano de 1991 por meio da Lei nº 8.3013/93 – mais conhecida como “Lei Rouanet” – e até hoje é fomentado como parte da política cultural. Esse Programa tem por objetivo principal, segundo seu Art. 1º, “a finalidade de captar e canalizar recursos para o setor”.

Durante o Governo Bolsonaro foram realizadas alterações na Lei Rouanet que se tornaram alvo de duras críticas de nomes artísticos de esquerda conhecidos, como Caetano Veloso. Uma das mudanças foi o teto de remuneração para os artistas que passou a ser de R\$3.000,00 quando antes era de R\$45.000,00; além disso, foi alterada a análise de documentação e seleção do uso de verba para incentivo à Cultura – como a lei sugere. Em 2023, quando a Cultura já havia sido elevada novamente para o status ministerial no início do atual Governo, a até então ministra da cultura, Margareth Menezes – hoje ex-ministra – retornou com as origens da Lei Rouanet, fortalecendo-a, e não só isso, mas foram desbloqueados os recursos e centenas de projetos, cujo montante já havia sido captado, passaram a ser contemplados pela Lei – segundo matéria na CNN.

Além disso, durante o período de pandemia da Covid-19 o setor cultural foi um dos que mais sofreu deterioração. Com a falta de público e poucos mecanismos de divulgação e plataformas para apresentações, o retorno financeiro diminuiu e as verbas que antes eram destinadas para o setor cultural não foram prioridade frente à calamidade na saúde. Mesmo após a normalização com o controle da propagação do vírus, a cultura ainda não voltou a receber o retorno, sobretudo financeiro, de antes – principalmente porque as legislações que giram em torno dessa política, que sofreu “reformas” dos anos de 2019 a 2022, ainda estão se recuperando com as revogações que começaram a ser realizadas.

O próprio movimento junino só voltou a ser visitado como antes novamente no ano de 2023 – tendo em vista que em 2022 nem todas as festas tinham retomado o seu tamanho ou até mesmo recomeçado –, quando voltaram as grandes apresentações e competições dos grupos juninos que antes movimentavam os festejos. Até mesmo por questões de saúde e ainda de restrições e preocupação de parte da população com relação a lugares com muitas pessoas e com as consequências financeiras causadas por esse período, somente com o sentimento de segurança e com a possibilidade aberta de novamente viver a cultura foi que o retorno passou a ser mais forte.

Devido à decadência do setor cultural durante a pandemia foi idealizada a Lei Complementar nº 195 – nomeada como “Lei Paulo Gustavo”, ator que faleceu por complicações da Covid-19. “A Lei Paulo Gustavo foi criada para incentivar e reaquecer o setor cultural, gravemente afetado pela pandemia de Covid-19. O objetivo foi garantir que artistas, produtores e organizadores culturais pudessem retomar a produção cultural”, diz o site do Senado. A criação da Lei foi de suma importância para a retomada dos eventos culturais e para o incentivo aos produtores de arte e cultura para organizarem novos projetos.

Esses são dois exemplos de leis que fortalecem a produção cultural dentro dessa política pública, beneficiando em geral os artistas e eventos que propagam diferentes eventos e projetos. A sua manutenção é de suma importância pois dentro da construção histórica e social no Brasil a valorização cultural não é propagado nas classes populares, em especial porque dentro dos processos de produção e reprodução social esse é um setor que não se torna prioritário ou até mesmo acessível – nem para consumo, nem para produção.

Mais um vínculo de sustentação fundamental para os programas e projetos partícipes dessa política é o Plano Nacional de Cultura (PNC), que possui dentro de suas disposições, no seu Capítulo II, acerca das “Atribuições do Poder Público” no inciso XII do Art 3º: “incentivar a adesão de organizações e instituições do setor privado e entidades da sociedade civil às diretrizes e metas do Plano Nacional de Cultura [...] e integração ao Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC”. Porém, a vinculação às diretrizes e metas do PNC são facultativas aos Estados, Municípios e Distrito Federal. Dessa forma, enxergo que há uma brecha para o não incentivo por parte dos entes federativos nesta Política, até mesmo uma falta de padronização nas formas de financiamento e captação de verba para a fomentação de artistas, projetos e pautas relacionadas a esse setor social e político e nem de uma forma contínua de avaliação e monitoramento.

Segundo a transparência fornecida pelo site do Sistema Nacional de Cultura (SNC), o Distrito Federal, atualmente sob a gestão de cultura de Bartolomeu Rodrigues, é um dos entes federativos adeptos ao PNC desde o mês de fevereiro de 2013, fazendo assim parte do Sistema Nacional de Cultura (SNC), possuindo seu sistema de organização cultural – de divisão de verbas, captação de recursos e administração de programas. Além do Distrito Federal, mais 14 estados possuem leis de sistema cultural.

Em Brasília, a organização e administração cultural é feita por meio da Secretaria de Cultura do Distrito Federal e possui como maior fonte de incentivo a projetos e a entes e agentes culturais o Fundo de Apoio à Cultura (FAC). Essa ferramenta de fomento às atividades artísticas e culturais do DF fazem com que movimentos culturais, como o movimento junino, permaneçam em existência na capital do país. Para solicitar o apoio financeiro do FAC são abertos editais – para entes culturais cadastrados – para a liberação de apoio financeiro do Governo do Distrito Federal (GDF). Os recursos dirigidos ao Fundo – que são repartidos entre os entes contemplados pelo edital – correspondem a 0,3% da receita corrente líquida do Governo do Distrito Federal, segundo o site da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa (SECEC).

Outro programa ligado à Política de Cultura em Brasília é a Lei de Incentivo à Cultura (LIC) – também conhecida como Programa de Incentivo Fiscal – que, segundo o site da Secretaria de Cultura, “trata-se de um mecanismo de apoio à produção e difusão da arte, manifestações culturais, entretenimento de qualidade e estímulo ao mercado criativo em parceria com a Iniciativa Privada, por meio de isenção fiscal”. Esse programa advém da Lei Complementar nº 934/17, e por meio dela, “parte dos valores de ICMS ou ISS que seriam arrecadados por atividades de pessoas jurídicas sediadas no DF é revertido em financiamento de projetos culturais previamente aprovados pela SECEC”.

2.2) Política Pública e Juventude

Antes de retomar a discussão é importante uma vez mais observar a construção das políticas públicas como elementos que participam de uma realidade social e de um contexto histórico, e que não há como ser pensada deslocando o “objeto central” da realidade e do contexto social a que pertence. Logo, a forma como ela é idealizada, executada e gerida é condicionada à como a sociedade encara o alvo da “política x” que estiver sob análise. É importante entender que “juventude” em si não possui um conceito fechado, como já tratei no capítulo anterior, e apesar de existirem teorias diferentes acredito que elas podem ser complementares uma à outra.

Se quando tratamos da Política Pública de Cultura – considerada como é hoje – como recente sob a perspectiva da conceituação estatal acerca do “recorte Cultura”, quando falamos sobre o entendimento de “juventude” elencamos uma disposição de conteúdos ainda mais tardia acerca do entendimento desse grupo social.

“No cenário das políticas públicas, o recorte juvenil é bastante recente, não apenas no Brasil, mas também internacionalmente. A juventude como particular “sujeito de direitos” - demandante de políticas específicas -, só emergiu na segunda metade dos anos 1980, momento em que a “exclusão social” de jovens se tornou parte integrante da questão social.” (p. 50. 2014, Secretaria Nacional da Juventude)

As políticas públicas para serem planejadas necessitam de uma compreensão do Estado sobre o ator que será “atingido” pelos programas e ações planejadas. Essa compreensão norteará os objetivos e metas que a política pretende alcançar e quais são as

demandas pontuadas por esse grupo social – e quais são pertinentes e possíveis para as estratégias governamentais. Segundo a Secretaria Nacional da Juventude (2014) “cada uma destas concepções¹⁵ permite estabelecer uma relação com diferentes propostas de políticas públicas (Programas e Ações) voltadas para a juventude”.

De acordo com cada perspectiva adotada, a tendência para os programas e ações é modificado, conforme o documento da Secretaria Nacional da Juventude (2014), diante da perspectiva da juventude como uma fase preparatória a tendência são programas “voltados para a preparação para a idade adulta, enfatizam a aquisição de experiências”; já como etapa problemática, há propensão de “caracterizar a precariedade da situação juvenil e justificar a necessidade de políticas focalizadas e de caráter compensatório nas áreas de saúde e justiça”, esse ponto de vista estigmatiza a juventude como um “agente problema” dentro da sociedade; o jovem como um ator para o desenvolvimento social norteia à políticas onde “parte-se da afirmação de que o investimento nos jovens - como capital humano e capital social - é fundamental para o desenvolvimento do país”; a próxima perspectiva é a que rege predominantemente a abordagem da Política Pública de Juventude (PPJ), reconhecendo o jovem como sujeito de direitos:

“Esta abordagem reconhece a singularidade desta etapa da vida, as especificidades e necessidades dos jovens, assim como sua capacidade de contribuição e participação. Considerando o desenvolvimento juvenil de forma integral, busca-se articulação com as outras políticas públicas. Este enfoque busca a inclusão dos jovens como sujeitos explícitos de direitos civis, políticos, culturais, sociais e econômicos, de maneira a permitir que exerçam plenamente sua condição de cidadãos.” (p54. 2014, Secretaria Nacional da Juventude)

A PPJ é coordenada pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) que administra e gere as diretorias e portarias acerca dos programas disponíveis. Mais duas bases para essa política são as Diretorias de Políticas Públicas Transversais e a Diretoria de Articulação e Fomento de Programas e Projetos de Juventude.

Gostaria de destacar, dentre as competências cabíveis à primeira Diretoria citada acima as atividades I, IV e V: “I - Formular e coordenar projetos e ações que visem o fortalecimento da Política Nacional de Juventude”; “IV - Estabelecer diretrizes para a aplicação de relações interministeriais para a execução de Políticas Públicas com impacto na

¹⁵ Das diferentes concepções acerca da “juventude”, como: 1) como etapa de transição entre a infância e a idade adulta; 2) como etapa problemática; 3) como atores estratégicos para o desenvolvimento; 4) juventude cidadã como sujeito de direito.

área de atuação” e “V - Coordenar ações que possibilitem o estabelecimento e manutenção de parcerias interministeriais”. Dessa forma, é possível notar que a transversalidade é essencial para a manutenção da Política para a Juventude, vê-se na prática essa característica transversal em áreas como: Saúde, Educação, Saúde Mental, Socioeducativo e Cultura.

Observa-se dentro da PPJ que dentre os desafios enfrentados, segundo Kerbauy (2005), estão: o desemprego – causado pela nova divisão internacional no trabalho, que exige anos de experiência e diversas especializações antes mesmo que o sujeito entre no mercado de trabalho –, o acesso limitado à educação e à permanência de educação de qualidade, a violência urbana – tanto como vítimas quanto como atores da violência –, a saúde precária e a falta de representação política para a escuta das demandas específicas desse grupo social para a construção de uma política pública mais eficaz e direcionada para o norte das ações e programas estatais que amparem a juventude.

Desta forma, analisa Kerbauy que “as políticas de juventude implantadas caracterizam-se por ser reparatórias e compensatórias, em vez de realizarem valores e objetivos sociais referentes ao período juvenil”. Também por se preocuparem em reparar e compensar a juventude por meio da política é que é deixado em segundo plano o objetivo de fomentar a construção da cidadania dos jovens como reais “sujeitos de direitos” como infere o documento da Secretaria Nacional da Juventude (2014). Diz Kerbauy (p. 194. 2005):

“A construção de verdadeiras políticas públicas de juventude esbarra na falta de uma agenda que inclua, de fato, as temáticas e os problemas juvenis, e que também contemple os jovens como participantes desse processo, mesmo, de construção das políticas públicas, dos quais serão beneficiários.”

Em sua origem, a construção de programas direcionados para os jovens se dava sob a perspectiva do jovem como um infrator em potencial¹⁶ – sobretudo das regiões urbanas aqueles que viviam em localidades mais periféricas. Então os programas tinham como intuito a ocupação do tempo para evitar o ócio, e a transformação do jovem em um adulto produtivo.

O movimento juvenil que iniciou a mudança dessa perspectiva na América Latina foi o movimento estudantil se opondo às colocações dos Estados, principalmente autoritários, acerca da administração, prioridades e execução de programas para a juventude. Sobre isso, Kerbauy (2005) diz que durante os anos 70 e 80 “os movimentos estudantis e de oposição aos

¹⁶ Usando como referência as virtudes morais dos adultos, propondo uma visão verticalizada na relação adulto-jovem.

regimes autoritários pautaram-se claramente pela crítica à ordem estabelecida e pela busca de transformações radicais na sociedade”.

Foi nos anos 90 que se iniciou um movimento de esforço para colocar na agenda governamental da América Latina as questões dos jovens para consolidar uma política de juventude. O fato de ser uma política majoritariamente intersetorial “tem impedido a homogeneização dos propósitos destes organismos governamentais” (Kerbaudy, 2005, p. 200), não só isso, mas a falta de uma política que incentive a participação dos jovens para a construção do seu “sujeito de cidadania”.

“No Brasil, o tema da juventude, introduzido na Assembleia Nacional Constituinte de 1988, ao ser encaminhada a Emenda Popular “Criança Prioridade Nacional”, resultou na criação, naquele mesmo ano, do Fórum Permanente de Entidades Não-governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, que culminou com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990.” (Kerbaudy, 2005, p. 200)

O ECA foi de suma importância para o avanço da discussão sobre as políticas para a juventude, e é “considerado a mais acabada proposta do governo para as crianças e os adolescentes do país, pois responsabiliza a família, a sociedade e o Estado pelo cumprimento ou não dos direitos e deveres que lhe são cabidos” (Kerbaudy, 2005). Sendo assim, independente da intersetorialidade da política para esse público, existe em comum essa característica dos agentes envolvidos para uma execução de qualidade das políticas e para a manutenção desta – família, sociedade e Estado. Porém, as propostas do ECA se restringem aos jovens que ainda não alcançaram a maioridade legal.

“Esse duplo recorte — *etário* (adolescentes) e *econômico-social* — pode operar com seleções que acabam por impor modos próprios de conceber as ações públicas. Se tomadas exclusivamente pela idade cronológica e pelos limites de maioridade legal, parte das políticas acaba por excluir um amplo conjunto de indivíduos que atinge a maioridade mas permanece em um campo possível de ações, pois ainda vivem efetivamente a condição juvenil.” (Sposito, 2003, p. 19)

Apenas no início dos anos 2000 foi que a pauta juvenil foi adicionada na agenda pública, dando atenção principalmente para as áreas que mais afetam os jovens e seu protagonismo: saúde, violência e desemprego. Além disso, é de preocupação pública a participação do jovem para a criação e implementação de uma política eficaz para as

demandas trazidas para esse grupo social, já que a setorialidade das políticas abrangem os nichos que mais afetam os jovens – educação, saúde e trabalho – mas não são voltadas apenas para esse grupo, pois abrangem outras faixas sociais. A operacionalização de políticas para jovens, apesar de tratar sobre as demandas desse grupo, se relaciona e interfere no mundo adulto também “este último marcado pelo poder exercido nas instituições” (Sposito, 2003, p. 18).

Sposito (2003) levanta que para a construção de políticas para jovens são dois os vieses que analisam o jovem: “os jovens ora são vistos como problemas ou como setores que precisam ser objeto de atenção” e além disso “as representações correntes ora investem nos atributos positivos dos segmentos juvenis, responsáveis pela mudança social”, identificando a juventude como sujeito de direito e agente construtor e capaz de desenvolvimento, porém, “ora acentuam a dimensão negativa dos ‘problemas sociais’ e do desvio”, colocando sob a luz os estigmas carregados pelos jovens que já foram tratados aqui. A tendência é que:

“O senso comum, no entanto, continua representando a juventude de modo negativo, por meio de estigmas e estereótipos. A depender do contexto sócio-político e econômico do qual se originam, os jovens são considerados perigosos, marginais, alienados, irresponsáveis, desinteressados ou desmotivados, e cada vez mais relacionada à violência e aos desvios de conduta (os meninos de rua, arrastões, o *surf* ferroviário, as gangues, as galeras e os atos de vandalismo).” (Kerbaui, 2005, p. 201)

É importante, para conhecer melhor a PPJ dar luz, brevemente, ao Estatuto dos Direitos da Juventude. Instituído no ano de 2013 pela Lei nº 12.852 o Estatuto dispõe sobre os direitos dos jovens, princípios e diretrizes das políticas públicas da juventude e o Sistema Nacional de Juventude. A Lei abarca os jovens dos 15 aos 29 anos de idade, abrangendo a parte da juventude que atinge a maioridade legal, dentre os seus princípios – no Art. 2º – estão o “IV - reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares” e o “VI - respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude”.

CAPÍTULO 3 - “Si Bobiá a Gente Pimba”, de Samambaia para o mundo

A presente pesquisa deu mais atenção a um grupo filiado à Liga Independente de Quadrilhas Juninas do Distrito Federal e Entorno (Linq-Dfe); atualmente a Liga é o maior ente promotor de concursos e eventos de participação de quadrilhas juninas no DF, transitando as competições em várias RAs – como Ceilândia, Taguatinga, Samambaia e Paranoá. A sua composição se divide em integrantes de duas categorias: 1) Módulo de Acesso – em 2022 composto por 14 grupos; 2) Módulo Especial – também contando com 14 grupos – para a competição. A competição a nível nacional é organizada pela Confederação Brasileira de Entidades de Quadrilhas Juninas (Confebraq) a qual a Linq-Dfe é filiada, é essa instituição organizacional que promove circuitos de competições, e é apoiadora e mantenedora dessa manifestação cultural no Brasil.

Reconhecendo a importância dessa manifestação cultural, em 2014, em assembleia do Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC) foi dada a recomendação para que fosse estudada a possibilidade de a festa junina ser considerada como um patrimônio imaterial do Brasil e, com unanimidade, a proposta foi levada para estudos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Mais um exemplo da relevância da temática é a tramitação do Projeto de Lei nº 943/2019 que tem como proposta reconhecer as festas juninas como manifestação cultural nacional.

3.1) Quadrilha junina “Si Bobiá a Gente Pimba”, trajetória até aqui

Segundo o portfólio cedido por um dos coordenadores da quadrilha junina, Lucas Rafael F. M. Nunes, a quadrilha foi fundada na Região Administrativa de Samambaia no ano de 1992, foi nomeada como "Si Bobiá a Gente Pimba", e é conhecida popularmente como "Pimba". Conquistou renome e títulos nos últimos 20 anos renovando a tradução junina como quadrilha estilizada em competições, concursos, e estando a frente de várias conquistas dentro do movimento junino. Fazem parte de seus objetivos “a manutenção das tradições dos festejos juninos” e também a “inserção e recolocação do jovem em um ambiente socioeducativo e cultural”. Foi uma das quadrilhas fundadoras da Liga Independente de Quadrilhas Juninas do Distrito Federal e Entorno (Linq-Dfe).

É importante pontuar que a Pimba já chegou a dançar como representante de Brasília na competição nacional proporcionada pela Confederação Brasileira de Entidades de

Quadrilhas Juninas (CONFEBRAQ). Dentre outras, representando a sua RA e o Distrito Federal, Pimba já teve a oportunidade de conquistar premiações por meio da sua performance no Concurso Nacional de Quadrilhas Juninas, promovido pela Confebraq. Por meio desse concurso já visitou, em nome de Brasília, os estados de Goiás, Sergipe, Tocantins, Ceará e Minas Gerais, que são lugares referência quando se fala dos festejos juninos e da cultura interiorana.

Dentre as atividades recentes da Pimba, no ano de 2023, a mais notável foi a união com outras entidades juninas para a execução de um circuito junino próprio. Esse ano não foi possível a participação da quadrilha junina em competições e apresentações pela Linq-Dfe por questões burocráticas, então junto com outros grupos juninos os responsáveis da Pimba tiveram a iniciativa de criar um circuito próprio para competições chamado “Distrito Junino”. No ano de 2024 pretendem retornar às atividades como filiados da Linq-Dfe.

Em abril de 2023 alguns brincantes, em nome da Pimba, participaram da primeira Audiência Pública na Câmara dos Deputados como representantes civis de forma ativa no Ministério do Turismo e da Cultura. Esse é um exemplo que mostra o quanto a entidade junina é comprometida na manutenção cultural; não são só em meses típicos de festejos juninos e em ocasiões de ensaio que há movimentação, mas há comprometimento ferrenho com o movimento político e com a administração da Política Pública de Cultura com a pauta que carrega importância para o grupo e que se alinha aos objetivos apontados por ele.



17

¹⁷ Imagem disponível no *Instagram* da quadrilha junina dos brincantes representando o movimento junino na Audiência Pública na Câmara dos Deputados.

A manutenção do movimento junino¹⁸ exige dos brincantes uma energia a mais e dedicação para a execução das coreografias. Além disso, não é apenas a representação ou passos estilizados, mas é uma forma de propagar e fortalecer a cultura nacional. Sobre isso, Zaratim (ano, p. 45) disserta:

“Os quadrilheiros levam em conta que as quadrilhas juninas são parte da tradição brasileira. Assim, de certa forma, eles intencionam conservar a tradição junina através de seus esforços no que diz respeito à manutenção do movimento junino. Esse movimento é, para os quadrilheiros, sinônimo de proposição de diretrizes, projetos, ações, programas, políticas públicas de fortalecimento e sustentabilidade para as quadrilhas juninas.”

Dessa forma, representando Brasília nacionalmente, a Pimba toma espaço e é uma das quadrilhas juninas mais reconhecidas no Centro-Oeste. Não participa apenas de competições, mas também é convidada com frequência durante o período junino para realizar apresentações em festas e eventos – por vezes sendo pagos pela sua presença. A realização de eventos de grande porte por vezes é promovido pela presença da Pimba, que se torna a atração principal.

Representando a RA de Samambaia, quando os circuitos de competição são realizados nessa região, a presença de torcidas organizadas e a movimentação regional é notória se comparada a outros eventos culturais que acontecem no decorrer do ano na mesma localidade. E não só de público, mas como já mencionado no primeiro capítulo deste, o comércio local se movimenta também.

3.2) Quadrilhas Juninas e Juventude

A pesquisa de natureza qualitativa foi dividida nos seguintes momentos: 1) Pesquisa documental e revisão bibliográfica; 2) Pesquisa de campo; 3) Análise crítica. Como supracitado, para a revisão bibliográfica foram selecionados artigos, teses, e livros que abordam as categorias teóricas de: cultura popular e festa popular, festejo junino, e juventude. Os materiais tratam os assuntos de forma individual, mas também debatem sobre os elementos com transversalidade. Fazem parte da discussão autores como: Caponero e Leite

¹⁸ Faz-se necessário expor que com “movimento junino” não falo apenas sobre as apresentações e festejos, mas toda a movimentação política e econômica que envolve a realização de tudo o que o contorna.

(2010), Farias (2005), Ferreira (2006), Pais (1990), Souza (2004), Trigueiro (2005), e Zaratim (2018) e são base referencial para a análise de dados e construção do fundamento teórico.

Usando como referência Laville e Dionne (1999) como referências, o trabalho considera pesquisa qualitativa como “a abordagem que apoia-se, [...], em uma categorização dos elementos”, além disso, após a coleta de dados empíricos “o pesquisador detém-se em suas peculiaridades, nas nuances que aí se expressam [...] a especificidade dos elementos do conteúdo e as relações entre esses elementos são portadoras da significação da mensagem analisada”.

É importante lembrar que o **objetivo geral** determinado é analisar como a participação no festejo junino afeta a realidade social dos jovens participantes da quadrilha junina “Si bobιά a gente pimba” de Samambaia. E os **objetivos específicos** foram: **1)** Traçar perfil socioeconômico dos jovens; **2)** Analisar os impactos objetivos e subjetivos da participação no festejo junino na realidade social dos participantes; **3)** Elucidar a (s) implicação (ções) sociais do envolvimento em um movimento cultural. A metodologia selecionada para o trabalho é importante para o decorrer da escrita e debruçamento nas temáticas escolhidas pois dão maior sustentação teórica e metodológica para uma produção de conteúdo de maior qualidade e com compromisso com os objetivos já listados.

Optei por fazer a aplicação do questionário de forma on-line para controlar desafios encontrados como: horários incompatíveis, distância e tempo disponível da Pimba – tendo em vista que a aplicação foi feita durante o período de construção coreográfica e de enredo, e absorção das músicas selecionadas para a apresentação do ano de 2023. A pesquisa de campo foi dividida em duas partes. A primeira parte foi aplicada por meio de questionário on-line (com auxílio da plataforma Google Forms) com perguntas de natureza fechada – questões de múltipla escolha –, em sua maioria, e abertas, e ao fim das questões foi consultado o interesse do participante em continuar para a segunda parte da pesquisa.

Aqueles que optaram por contribuir na segunda parte, foram entrevistados individualmente – segundo a sua disponibilidade; esse segundo momento foi direcionado pelo próprio brincante, foi criado um ambiente em que ele se sentisse à vontade para falar sobre a sua vivência na Pimba, sendo um momento de maior escuta e abertura para o participante. Ressalto que durante a pesquisa, em ambos os momentos, houve a preservação do anonimato dos participantes.

O questionário aplicado foi dividido em quatro seções buscando atingir os objetivos do presente trabalho, são elas: 1) Perfil socioeconômico; 2) Questões acerca de “Juventude”;

3) Impactos subjetivos e objetivos da participação na quadrilha junina; 4) Implicações sociais na participação em um movimento cultural.

Para a realização da pesquisa de campo foram critérios de participação: ser um dançarino ativo da quadrilha junina “Si Bobiá a Gente Pimba” e possuir mais de 18 anos. As questões do questionário on-line e da entrevista atenderam aos requisitos propostos pelos objetivos geral e específicos, levando em consideração que a intenção do presente trabalho não é esgotar os debates que possam receber luz diante das respostas, mas promover reflexões acerca delas.

Inicialmente, para contato com os brincantes que fizeram parte da pesquisa de campo foram contatados o (os) representante (es) da quadrilha junina para o convite à participação; assim que o contato foi feito e a pesquisa foi aprovada, a divulgação da pesquisa foi realizada pelos grupos após o circuito mais assíduo de competições da quadrilha junina. A busca do contato do coordenador foi realizada através da rede social oficial da entidade no Instagram, utilizada com o objetivo de divulgação de seus trabalhos, participação em eventos, e para visibilidade. A comunicação foi facilitada via redes sociais – WhatsApp principalmente – onde um dos coordenadores da quadrilha, Lucas Rafael Ferreira Martins Nunes – brincante da Pimba há 32 anos, desde a sua criação –, se mostra mais ativo, foi ele quem intermediou toda a comunicação com a quadrilha até os brincantes responderem o questionário on-line.

As questões da **primeira seção** tinham o objetivo de traçar o perfil socioeconômico dos brincantes que se dispuseram a responder. As questões diziam respeito a: idade, orientação sexual, identidade de gênero, autodeclaração de cor ou raça, localidade da região administrativa em que reside, com quem mora, ocupação e religião.

O total de respostas foi de 23 pessoas. Dentre elas, mais da metade possui entre 18 e 21 anos, enquanto menos de $\frac{1}{4}$ dos respondentes possuem mais de 35 anos de idade, ilustrando a realidade da massificação da juventude dentro da Pimba. Dentre os brincantes que responderam, mais de 70% se considera heterossexual e quase 70% é feminina em sua identidade de gênero; e quase 50% se declara pardo.

Acerca das Regiões Administrativas de onde cada brincante vem, pouco mais da metade é de Samambaia – RA representada pela quadrilha junina Si Bobiá a Gente Pimba – mas o que mais me chamou a atenção foram as outras RAs que apareceram como resultado: Taguatinga, Ceilândia, Cidade Águas Lindas de Goiás, Santa Maria e Riacho Fundo II. Esse dado pode representar o quanto a quadrilha junina é conhecida também em outras regiões de Brasília e me leva a um questionamento: porque dançar na Pimba morando a essa distância?

As motivações podem ser, entre outras: 1) Preferência e identificação com o grupo da Pimba, visto que nas outras regiões que apareceram na pesquisa existem grupos juninos também – “Sabugo de Milho” em Taguatinga, e “Elite Cerrado” da Santa Maria, por exemplo; 2) O fato dessa quadrilha junina ser conhecida e já possuir alguns títulos – o que a torna mais popular e prestigiada que quadrilhas juninas menores.

Dos 23 respondentes, apenas 2 moram sozinhos. Olhando individualmente, esses dois não possuíam muito mais características em comum além dessa. Porém, esse dado representa a possibilidade de ser mais difícil para alguém que não divide responsabilidades em casa de se dedicar para o que se exige a participação em uma quadrilha junina, visto que em comparação com as demais respostas todos os outros moram com familiares – em sua maioria, com os pais.

Dentro das ocupações, quase metade se declarou como estudante, o restante variou entre professores, comerciantes, corretor de imóveis, aposentada, auxiliar administrativo, militar e outros. Mais à frente acredito que esse dado será valioso quando na seção específica da quadrilha tratarmos sobre os gastos da quadrilha.

Quando questionados sobre sua religião, mais de 80% dos brincantes se declarou como católico; já tratamos no primeiro capítulo a forma como a quadrilha junina se tornou um símbolo representante das festas juninas, as quais ocorrem comumente para celebrar as festas de Santo Antônio, São Pedro e São João, portanto nas festas paroquiais, desde crianças, os católicos têm contato com essa parte da festa. Geralmente durante as apresentações – inclusive da Pimba – são exibidas bandeirolas que carregam orações e imagens de santos como forma de homenagens.

Quanto à **segunda seção** do questionário diz respeito à compreensão dos brincantes do que se considera juventude segundo os conhecimentos e vivências que eles acumulam e compartilham.

Acerca da concepção que os brincantes possuem de “juventude”, as respostas variaram entre as perspectivas que tratamos no primeiro capítulo como o jovem em uma faixa etária e o jovem como sujeito em fase de descobertas; colhi respostas como: “momento de aproveitar a vida”, “dizem que a juventude é a melhor parte da vida de um ser humano, é época de bastante aprendizado, bastantes descobertas e uma época boa de se viver” que representam uma concepção da juventude como fase de apreensões da vida e escolhas que moldam a identidade.

Mais respostas foram: “idade entre infância e a fase adulta até mais um pouco de 20 anos”, “é uma fase da adolescência caracterizada por busca de identidade, aprendizado e

experiências significativas”, dando luz ao ponto de vista da juventude resumida em uma faixa de idade.

Uma resposta que me chamou a atenção foi:

“Eu acredito que vá além de uma relação com a idade. Juventude tem pra mim a ver com o quão feliz e útil você é. Quando você está produzindo aquilo que te dá prazer você certamente se sentirá mais jovem, disposto... Juventude tem mais a ver com felicidade e utilidade. Se você não se sente útil ou não produz nada é como se estivesse parado no tempo.”

O que me chamou a atenção nessa resposta primeiramente foi o fato de o brincante destacar que em sua opinião a juventude vai além de uma relação com a idade, o que destoou da maioria das demais respostas. Além disso, dois pontos foram levantados que acredito terem relação íntima com a perspectiva de juventude que desejei trazer neste trabalho: a juventude como momento de necessidade de pertencimento. Quando o brincante traz os elementos “felicidade e utilidade”, há relação com o sentimento de pertencer a algo com o que se identifique e contribuir com isso.

A **terceira seção** objetivou encontrar os impactos objetivos e subjetivos que a participação em uma quadrilha junina – no caso a Pimba – possui na vida dos brincantes que dedicam o seu tempo para tal atividade. As questões giraram em torno das motivações que levaram o brincante a adentrar na quadrilha junina, das motivações que o fazem permanecer, qual o tempo como participante do movimento, quanto tempo de dedicação às atividades da quadrilha semanalmente – durante o período de apresentações –, quantos meses se dedica à Pimba e se possui gastos referentes à sua participação.

Das motivações para entrar na quadrilha junina o amor à dança e a essa expressão cultural são as respostas expressivas dentre as colhidas. Algo que se observa em quase todas as respostas é o fato de os brincantes se identificarem com o movimento e com o grupo antes mesmo de ingressarem: “amor pelo movimento junino”, “sempre gostei de assistir e prestigiar o movimento junino”, “paixão pela dança e pela arte”, “por gostar do movimento cultural e para fazer parte de um grupo”, são alguns exemplos de respostas. É presente e bem ilustrado o que pontuei sobre a necessidade da juventude de se identificar e protagonizar algo que carregue significados maiores que si mesmo, esse é um ponto importante não só para motivar a entrada na quadrilha junina, mas até mesmo para se manter dentro, tendo em vista a dedicação necessária.

Das motivações para permanecer na Pimba encontrei respostas como: “Cada momento com a quadrilha junina é único, ela motiva e me acalma. Foi através da dança que minhas crises de ansiedade diminuíram e comecei a ser mais produtiva”, “Curou minha ansiedade e conheci novas pessoas”, “Consegui me desenvolver mais com a disciplina que se aprende, e também é uma válvula de escape”, “Entendi que o trabalho em grupo auxilia na formação de laços de amizade e afeto, entendi que a arte é transformadora, não só do indivíduo mas também da sociedade”.

As respostas acima dão luz ao sentimento de pertencimento que os quadrilheiros possuem dentro do grupo, não só isso mas a importância que a participação nesse movimento tem na saúde dos participantes que se sentem melhor com relação à sua saúde mental e até mesmo com a sua autoestima, como foi tratado por uma brincante.

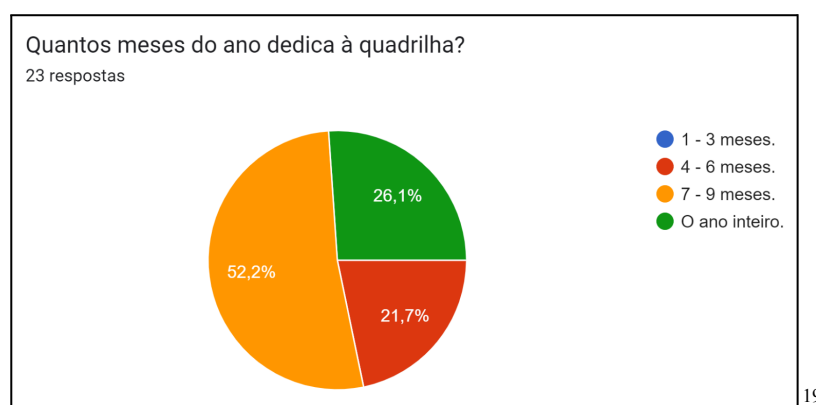
Quando questionados sobre o tempo que participam do movimento como brincantes, mais de 30% afirmou participar a mais de 5 anos, outros 47% estão na quadrilha entre 2 e 5 anos. É um tempo considerável de dedicação ao movimento cultural, mostrando o quanto é duradouro o compromisso daqueles que optam por permanecer cultivando a sua participação na Pimba. Esse dado também me faz questionar se há renovação de equipe dentro da quadrilha junina, em se tratando de um grupo que já possui uma história longa desde a sua fundação, mesmo que os brincantes que já estão no grupo se sintam parte e sejam bem acolhidos, quanto desse acolhimento se estende a novos integrantes?

Segundo a conversa com uma das brincantes que se voluntariou a partilhar mais da sua experiência, no período do início dos ensaios o grupo que compõe o começo da temporada de ensaios são bem cheio e aos poucos as pessoas vão saindo devido a dificuldades pessoais principalmente a se adaptar com a rotina ou a se adequar aos horários – que em determinado momento da coreografia se tornam mais extensos. Para os brincantes mais antigos, que já estão acostumados com ambas as partes, a permanência é menos difícil do que para aqueles que ainda estão adentrando.

Sobre a dedicação semanal – durante o período de apresentações e competição – nenhum dos respondentes dedica menos de três dias da semana à quadrilha junina. Mas o resultado que me chama a atenção é que enquanto quase 70% dos respondentes se dedica de quatro a cinco dias para as atividades da quadrilha, uma minoria tem a dedicação de todos os dias da semana. Isso se dá pela distribuição de papéis dentro da junina, tendo em vista que os brincantes que pegam papéis de destaque geralmente tem de se dedicar com mais afinco aos ensaios e reuniões extras.

Independente da distribuição de papéis, é nítida a prioridade que participar do movimento junino tem na vida dos brincantes que são ativos, principalmente quando levamos em consideração as outras obrigações e responsabilidades que acompanham cada um deles. Esse dado se reflete em uma outra questão mais à frente acerca das implicações que a participação em um movimento cultural possuem na vida do sujeito – onde um ponto muito tocado foram as relações interpessoais com os núcleos de amigos e familiares.

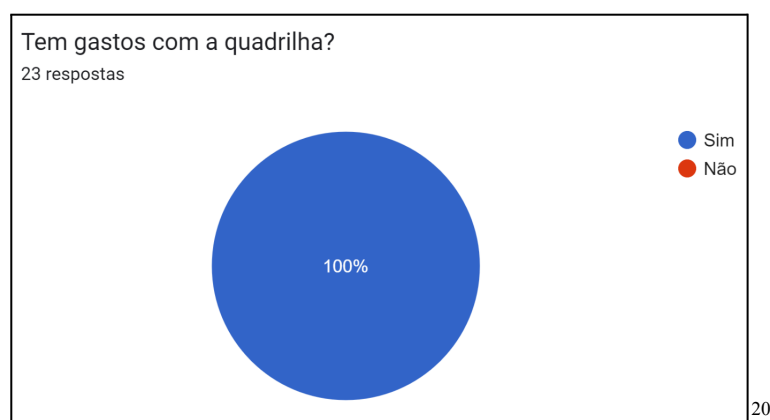
Acerca da quantidade de meses do ano dedicados à quadrilha junina, mais de 50% afirmou ceder de 7 a 9 meses do ano; e mais de $\frac{1}{4}$ dos brincantes se dedicam o ano inteiro. Isso ilustra bem o que levantei sobre a quadrilha junina não ser uma “festa sazonal” para quem promove os eventos – em especial para quem está à frente das apresentações. Quando pensamos que a festa junina ocorre apenas nos meses de junho, julho e agosto, os brincantes cedem boa parte do ano para a preparação dos espetáculos, e quanto mais complexos, mais tempo é necessário de ensaio e de seleções – visto que nem todos que iniciam os ensaios chegam às apresentações.



100% dos brincantes afirmam ter gastos com a quadrilha. Em sua maioria os gastos são com acessórios e itens de uso pessoal de figurino, como maquiagem, tiaras e calçados. Outros gastos – os mais caros – são com alimentação – nas viagens –, transporte e gasolina tanto nas viagens em competições nacionais quanto para locomoção durante o período de ensaios. Como vimos na primeira seção, nem todos são empregados, então os custos acabam sendo mais pesados para essas pessoas, alguns brincantes improvisam arrecadando o dinheiro necessário com rifas, vendas pessoais de docinhos, e sorteios – como foi relatado por alguns. Logo, apesar de a Pimba receber parte do fomento para a realização dos espetáculos por meio

¹⁹ Imagem de gráfico retirada do questionário online aplicado por meio da ferramenta do Google Forms.

do FAC e dos patrocinadores, ainda assim os dançarinos precisam arcar com algumas partes dos gastos.



A **quarta seção** buscou apreender as implicações sociais na participação em um movimento cultural. As questões giraram em torno da participação num geral em movimentos culturais – seja do movimento junino ou de outros tipos de manifestação cultural – e na diferença que essa participação tem na vida do sujeito.

Sobre a participação em outro movimento cultural, 13% afirma participar. Entre os movimentos citados estão: capoeira, Balé Flor do Cerrado – que é um derivado da dança junina –, e teatro. Das implicações na vida pessoal existem pontos positivos e negativos da perspectiva do brincante. Dos pontos negativos em geral estão associados às relações com familiares e amigos, pois se faz necessário abrir mão do tempo com esses núcleos sociais para ter dedicação integral com os projetos – não só os que envolvem a quadrilha junina, mas aos dos outros movimentos culturais aos quais participam. As relações interpessoais são afetadas principalmente porque, pelo o que vimos, a maioria dos brincantes ainda possui ao menos a relação de habitar no mesmo espaço que familiares – em sua maioria com os pais.

Dos positivos colhemos as respostas “melhora minha autoestima”, “minha percepção em ver o mundo, pois dançamos em muitos lugares carentes”, o que mostra que a participação em movimentos culturais também possuem impacto na forma como o sujeito se enxerga – retomando a ideia de pertencimento – e como enxerga o mundo, já que tem a oportunidade de sair da sua realidade para alcançar a realidade “do outro”.

²⁰ Imagem de gráfico retirada do questionário online aplicado por meio da ferramenta do Google Forms.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notória a escassez de literatura sobre a temática, o que dá aval para que haja pouca busca e investimento nessa área tão essencial à sociabilidade – não só de jovens, mas da sociedade como um todo. É de suma importância que seja dado fomento à Política Pública de Cultura uma vez que a cultura é parte intrínseca à identidade nacional e à construção da cidadania individual de cada um.

Apesar de essencial, a Política Pública de Cultura é secundária – visto a competição de verba e prioridade com outras políticas –, por isso, faz-se necessário dar mais atenção estatal para que os investimentos privados não sejam uma forma de monopólio e afastamento do acesso à cultura – ou até mesmo uma forma de incentivo à elitização desta. Um passo importante para a retomada dos eixos culturais foi a elevação do que durante o Governo Bolsonaro se tornou uma secretaria ao status ministerial mais uma vez. Mas ainda há um longo caminho a ser trilhado para que a cultura seja uma prioridade no Brasil tendo em vista que não podemos ignorar o fato de que ela compete espaço com outras políticas a serem financiadas e pautas que também estão em séria discussão – como a educação e a saúde.

No que tange às Políticas de Juventude, as diversas concepções sobre esse eixo e a falta de uma representação política firme e comprometida dificultam o norteamento das políticas que majoritariamente se sustentam por meio da transversalidade, se faz necessário pontuar e identificar na sociedade qual o lugar e o significado dos jovens para o desenvolvimento social e como compreendê-los como sujeitos de direitos. Em todas as literaturas trazidas neste trabalho sobre essa temática de Sposito (2003), Secretaria Nacional da Juventude (2014), Kerbaui (2005), a questão levantada foi a falta de representação, o que causa uma construção de políticas com uma visão verticalizada das relações adulto-jovem.

Como futura assistente social eu acredito que é necessário que durante o curso possamos ter mais acesso e incentivo a mais materiais que tratem sobre políticas públicas relacionadas à cultura e à juventude. Na Universidade de Brasília felizmente tive a oportunidade de ter contato com a professora que se tornou minha orientadora durante o TCC, Hayeska, que já pesquisou sobre a temática cultura, mas seria interessante que os demais alunos do curso tivessem oportunidade de ter contato com esse conteúdo – mesmo que por meio de uma disciplina optativa – para que no futuro, operando mais de perto ou até mesmo diretamente tendo a possibilidade de mudar os rumos das políticas públicas, ter a mínima noção da importância de defender e saber como defender nosso projeto ético político pedagógico.

Como agentes diretos na construção e administração das políticas públicas, mais assistentes sociais deveriam ter contato com essas temáticas desde o princípio de sua formação. Na UnB há escassez de matérias que nos tragam mais desses conteúdos, por toda uma problemática envolvendo a contratação de professores para as disciplinas optativas e para o departamento, e discutimos desde o início do curso o quão o processo formativo é importante para a atuação em campo. Além disso, acredito que mais assistentes sociais da área poderiam receber incentivo e apoio da academia para pesquisar e produzir conteúdos que enriqueçam a literatura do Serviço Social sobre essas temáticas – tanto da Cultura quanto da Juventude. Vi isso refletido no momento de pesquisa e revisão bibliográfica quando tive muita dificuldade de encontrar autores do Serviço Social que escrevessem sobre os temas que eu escolhi como objetos teóricos para esse trabalho.

Por fim, com a aplicação do questionário durante a pesquisa pude ver com mais nitidez a importância que a participação nesse movimento possui para os brincantes – estimula a melhora da saúde mental, a construção de outros ciclos sociais, a compreensão de realidades diferentes e até da própria realidade. Outros movimentos como o da capoeira, teatro, *skate*, outros tipos de dança – que não a junina –, devem possuir atenção estatal pois contribuem para a construção e solidificação da cidadania, da sociabilidade e da individualidade daqueles que participam, sendo até mesmo forma de permanência em outras Políticas Públicas – seja da educação, da saúde, ou até da Assistência.

ANEXOS

ANEXO I – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidado (a) para ser participante da pesquisa para Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulada “**Cultura e Festa Popular: Quadrilhas Juninas e Juventude**” de responsabilidade da graduanda e pesquisadora Ana Beatriz Rodrigues de Araújo.

Leia cuidadosamente o que se segue e pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Caso se sinta esclarecido (a) sobre as informações que estão neste Termo e aceite fazer parte do estudo, peço que assinale a opção “Li e aceito os termos, concordo que as informações concedidas sejam utilizadas na pesquisa” ao final desta página. Saiba que você tem total direito de não querer participar.

1. O trabalho tem por objetivo geral analisar como a participação no festejo junino afeta a realidade social dos jovens participantes da quadrilha junina "Si Bobiá a Gente Pimba".
2. A participação nesta pesquisa consistirá em duas partes: 1) Composta de perguntas abertas e fechadas aplicadas com auxílio da plataforma on-line Google Forms; 2) Caso o participante se disponibilize para a segunda parte, questões abertas via on-line ou presencial segundo a preferência do brincante. A pesquisa é de natureza qualitativa.
3. Durante a execução da pesquisa as possibilidades de riscos são nulas, uma vez que será feita em plataforma segura, on-line e anônima.
4. Os benefícios com a participação nesta pesquisa serão o enriquecimento de informações quanto aos impactos que a participação em um movimento cultural podem ter no jovem.
5. Os participantes não terão nenhuma despesa ao participar da pesquisa e poderão retirar sua concordância na continuidade da pesquisa a qualquer momento.
6. Não há nenhum valor econômico a receber ou a pagar aos voluntários pela participação, no entanto, caso haja qualquer despesa decorrente desta participação haverá o seu ressarcimento pela pesquisadora.
7. Caso ocorra algum dano comprovadamente decorrente da participação no estudo, os voluntários poderão pleitear indenização, segundo as determinações do Código Civil (Lei nº 10.406 de 2002) e das Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.
8. O nome dos participantes será mantido em sigilo, assegurando assim a sua privacidade, e se desejarem terão livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o

estudo e suas consequências, enfim, tudo o que queiram saber antes, durante e depois da sua participação.

9. Os dados coletados serão utilizados única e exclusivamente para fins desta pesquisa, e os resultados poderão ser publicados.

10. O formulário possui seis sessões e leva em média de 10 a 20 minutos para ser respondido.

ANEXO II – Questionário on-line

SEÇÃO 1: Perfil socioeconômico

- Idade – pergunta fechada
- Orientação sexual – pergunta fechada
- Identidade de gênero – pergunta fechada
- Qual sua autodeclaração de cor ou raça? – pergunta fechada
- Em qual Região Administrativa você vive? – pergunta fechada
- Mora com? – pergunta fechada
- Qual sua ocupação? – pergunta aberta
- Religião – pergunta fechada

SEÇÃO 2: Juventude

- Em poucas palavras, qual sua concepção de juventude? – pergunta aberta
- Considerando isso, você se considera um jovem? – pergunta fechada

SEÇÃO 3: Impactos objetivos e subjetivos

- Quais suas motivações para entrar na quadrilha junina? – pergunta aberta
- Quais suas motivações para permanecer na quadrilha junina? – pergunta aberta
- Há quanto tempo participa do movimento como brincante? – pergunta fechada
- Quanto tempo dedica semanalmente à quadrilha? (Nos períodos de apresentação e competição, contando tempo de ensaio e apresentações) – pergunta fechada
- Quantos meses do ano dedica à quadrilha? – pergunta fechada
- Tem gastos com a quadrilha? – pergunta fechada
- Se a resposta para a pergunta anterior for “sim”, quais gastos? – pergunta aberta

SEÇÃO 4: Implicações sociais na participação em um movimento cultural

- Você participa de outro movimento cultural?
- Se a resposta para a pergunta anterior for “sim”, qual/quais?
- A participação nesse movimento cultural já implicou algo na sua vida pessoal?

ANEXO III - Siglas e Abreviações

Linq-Dfe: Liga de Quadrilhas do Distrito Federal e Entorno

Conqua: Concurso Regional de Quadrilhas

Sesi: Serviço Social da Indústria

SINJ-DF: Sistema Integrado de Normas Jurídicas do DF

MinC: Ministério da Cultura

Pronac: Programa Nacional de Apoio à Cultura

PNC: Plano Nacional de Cultura

SNC: Sistema Nacional de Cultura

FAC: Fundo de Apoio a Cultura

SECEC: Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa

LIC: Lei de Incentivo à Cultura

PPJ: Política Pública de Juventude

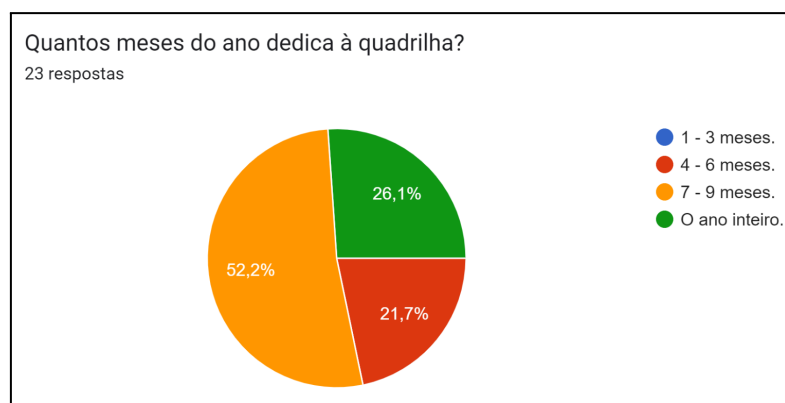
SNJ: Secretaria Nacional de Juventude

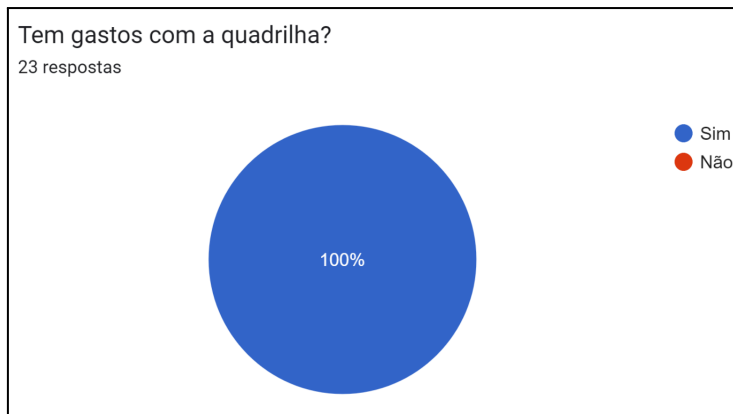
Confebraq: Confederação Brasileira de Quadrilhas Juninas

CNPC: Conselho Nacional de Políticas Culturais

Iphan: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ANEXO IV - Gráficos e Tabelas





ANEXO V - Imagens



REFERÊNCIAS

Bibliografia:

AMARAL, Rita de Cássia de M. P. **Festa à brasileira: significado de festejar, no país que não é sério**. Tese (Doutorado do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

CANCLINI, Néstor García. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CARVALHO, José Jorge. **As duas faces da tradição: o clássico e o popular na modernidade latino-americana**. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Antropologia-UnB, 1991. (Série Antropológica, n.109).

CAPONERO, Maria Cristina. LEITE, Edson. **Inter-relações entre Festas Populares, Políticas Públicas, Patrimônio Imaterial e Turismo**. Patrimônio: Lazer & Turismo, v. 7, n. 10, abr.-mai.-jun../2010, p. 99-113.

CHIANCA, Luciana. **Quando o campo está na cidade: migração, identidade e festa**. Sociedade e cultura, Goiânia, v. 10, n. 1, p. 45-59, jan./jun. 2007.

CÔRTEZ, Gustavo Pereira. **Dança, Brasil: festas e danças populares**. Belo Horizonte: Leitura, 2000.

FARIAS, Edson. **Economia e Cultura no Circuito das Festas Populares Brasileiras**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 20, n. 3, p. 647-688, set./dez. 2005.

FERREIRA, Maria Nazareth. **Comunicação, Resistência e Cidadania: As Festas Populares**. Comunicação e Informação, V 9, nº 1: pág. 111-117 – jan./jun. 2006.

KERBAUY, Maria Teresa Miseli. **Políticas de Juventude: Políticas Públicas ou Políticas Governamentais?** Revista Estudos de Sociologia, Araraquara, 18/19, 193-203, 2005.

LANTERNARI, Vittorio. **Festa, carisma, apocalisse**. Palermo: Sellerio. 1987.

LAVILLE, Christian. DIONNE, Jean. **A Construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, Porto Alegre: Artmed, 1999.

NÓBREGA, Zulmira. **Os usos da festa do Maior São João do Mundo**. Salvador, Bahia: Faculdade de Comunicação/UFBa. 2009.

PAIS, José Machado. **A construção sociológica da juventude - alguns contributos**. Análise Social, vol. XXV (105-106), p. 139-165, 1990.

PAIS, José Machado. **Culturas juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1993.

PAIS, José Machado. BLASS, Leila Maria da Silva. **Tribos Urbanas: Produção Artística e Identidade**. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1993.

RODRIGUES, Luiz A. F. **Curso de Extensão e Aperfeiçoamento em Gestão Cultural**. Belém, 2013. Disponível em: <<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/203502/2/Pol%C3%ADticas%20p%C3%ABAblicas%20de%20cultura.pdf>>

RUBIM, Antônio. BARBALHO, Alexandre. **Políticas Culturais no Brasil**. EDUFBA, Universidade Federal da Bahia. 2007.

SCHECHNER, Richard. **Performers e Espectadores: Transportados e Transformados**. In Revista Moringa Artes do Espetáculo. Vol2. N1 (2011).

SECRETARIA NACIONAL DA JUVENTUDE. **Conceitos Fundamentais: Pontos de partida para uma reflexão sobre Políticas Públicas**. Brasília, abr. de 2014. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/politicas%20de%20juventude1.pdf>>

SOUZA, Carmem Zeli V. G. **Juventude e Contemporaneidade: possibilidades e limites**. Última Década N°20, Cidpa Viña, mar./jun., 2004, p. 47-69.

SPOSITO, Marília Pontes. **Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, 1999. Disponível em: <<https://ensinosociologia.pimentalab.net/files/2010/09/Sposito2000.pdf>>

SPOSITO, Marília Pontes. **Transversalidades no estudo sobre jovens no Brasil: educação, ação coletiva e cultura**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 36, n. especial, p. 95-106, 2010.

SPOSITO, Marília Pontes. **Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação**. São Paulo: Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. 1999.

TRIGUEIRO, Osvaldo Meira. **A espetacularização das culturas populares ou produtos culturais folkmediáticos**. Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares, Brasília, fev./2005.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Paris: UNESCO, 2003.

ZARATIM, Samuel Ribeiro. **Interação e Performatividade nas Festas Juninas**. Fragmentos de Cultura, Goiânia, v. 28, n. 3, p. 372-384, jul./set. 2018.

ZARATIM, Samuel Ribeiro. **Quadrilhas juninas em Goiânia: novos sentidos e significados**. Dissertação (Mestrado EMAC) – UFG, Goiânia, 2014.

Sites:

CIRCUITO de Quadrilhas Juninas lança 22ª edição em sessão solene. **Correio Braziliense**, Brasília, 20 de mai. de 2022. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2022/05/5009457-circuito-de-quadrilhas-juninas-lanca-22-edicao-em-sessao-solene.html>>. Acesso em: 28 de jan. de 2023.

CONCURSO Regional de Quadrilhas – Conqua. **Sistema Fibra/SESI**, Brasília, 10 de set. de 2015. Disponível em: <https://www.sistemafibra.org.br/sesi/index.php?option=com_content&view=article&id=104&catid=39&Itemid=125>. Acesso em: 28 de jan. de 2023.

COSTA, Gilberto. Brasília vai sediar campeonato de quadrilhas juninas. **Portal Diário do Aço**, Brasília, 25 de jun. de 2019. Disponível em: <<https://www.diariodoaco.com.br/noticia/0069390-brasilia-vai-sediar-campeonato-de-quadrilhas-juninas>>. Acesso em: 28 de jan. de 2023.

DANTAS, Matheus. Conheça o circuito de apresentações de quadrilhas juninas no DF. **Correio Braziliense**, Brasília, 08 de jun. de 2017. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/06/08/interna_cidadesdf.600990/conheca-o-circuito-de-apresentacoes-de-quadrilhas-juninas-no-df.shtml>. Acesso em: 28 de jan. de 2023.

LOBO, Carolina. Festejos Juninos têm R\$ 3 milhões em investimentos. **Agência Brasília**, Brasília, 26 de jun. de 2022. Disponível em: <<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2022/06/25/festejos-juninos-tem-r-3-milhoes-em-investimentos/>>. Acesso em: 28 de jan. de 2023.

RECENA, Diego. Grupo de Samambaia vence concurso regional de quadrilhas. **Sistema Fibra/SESI**, Brasília, 10 de set. de 2015. Disponível em: <<https://www.sistemafibra.org.br/sesi/component/content/article?id=289:grupo->>>. Acesso em: 28 de jan. de 2023.

MACIEL, Victor. Festa junina devem movimentar cerca de R\$ 6 bilhões e 26,2 milhões de pessoas em 2023. **Ministério do Turismo**, Brasília, 02 de jun. de 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/festas-juninas-devem-movimentar-cerca-de-r-6-bilhoes-e-26-2-milhoes-de-pessoas-em-2023>>. Acesso em: 01 de jul. de 2023.

COUTO, Bruna. São João 2023 de Campina Grande chega ao fim após 32 dias de festa. **g1 PB**, Paraíba, 03 de jul. de 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/sao-joao/2023/noticia/2023/07/03/sao-joao-2023-de-campina-grande-chega-ao-fim-apos-32-dias-de-festa.ghtml>>. Acesso em: 20 de jul. de 2023.

g1 DF. Maior São João do Cerrado está de volta com shows de Elba Ramalho, Banda Magníficos e Nando Cordel. **g1 DF**, Distrito Federal, 18 de ago. de 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/o-que-fazer-no-distrito-federal/noticia/2022/08/18/m-aior-sao-joao-do-cerrado-esta-de-volta-com-shows-de-elba-ramalho-banda-magnificas-e-nando-cordel.ghtml>>. Acesso em: 10 de mai. de 2023.

DAHER, Carolina. Festa Junina: Conheça a história por trás de 5 comidas típicas que não podem faltar. **CNN Brasil**, São Paulo, 13 de jun. de 2023. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/viagemegastronomia/gastronomia/festas-junina-conheca-a-historia-por-tras-de-5-comidas-tipicas-que-nao-podem-faltar/>>. Acesso em: 01 de jul. de 2023.

LIMA, Catarina. GDF investe R\$ 1,3 milhão no Maior São João do Cerrado. **Agência Brasília**, Brasília, 04 de out. de 2022. Disponível em: <<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2022/10/04/gdf-investe-r-13-milhao-no-maior-sao-joao-do-cerrado/>> Acesso em: 10 de mai. de 2023.

Ministério da Cultura. Apresentação. **Ministério da Cultura**. Brasília, 17 de mar. de 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/cultura/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/apresentacao>> Acesso em: 30 de jul. de 2023.

CNN Brasil. Governo desbloqueia recursos e autoriza uso da Lei Rouanet para centenas de projetos. **CNN Brasil**, São Paulo, 22 de jan. de 2023. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/governo-desbloqueia-recursos-e-autoriza-uso-da-lei-rouanet-para-centenas-de-projetos/>>. Acesso: 31 de mar. de 2023.

CNN Brasil. Governo aumenta limite de cachês da Lei Rouanet para R\$ 25 mil. **CNN Brasil**, Brasília, 11 de abr. de 2023. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/governo-aumenta-limite-de-caches-da-lei-rouanet-para-r-25-mil/>>. Acesso: 10 de mai. de 2023.

Agência Senado. Aprovado na CAE, projeto estende execução da Lei Paulo Gustavo até 2024. **Agência Senado**, Brasília, 07 de nov. de 2023. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/11/07/aprovado-na-cae-projeto-estende-execucao-da-lei-paulo-gustavo-ate-2024#:~:text=A%20Lei%20Paulo%20Gustavo%20foi,pu dessem%20retomar%20a%20produ%C3%A7%C3%A3o%20cultural>>. Acesso em: 12 de dez. de 2023.

Plano Nacional de Cultura. Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. **Ministério da Cultura**, Brasília, 02 de dez. de 2010. Disponível em: <<http://pnc.cultura.gov.br/lei-do-plano/>>. Acesso em: 20 de mar. de 2023.

Sistema Nacional de Cultura. **Ministério da Cultura**. Disponível em: <<http://portalsnc.cultura.gov.br/>>. Acesso em: 12 de out. de 2023.

Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa. O que é a LIC – DF. **GDF**, Brasília. Disponível em: <<https://www.cultura.df.gov.br/o-que-e-a-lic-df/>>. Acesso em: 12 de out. de 2023.

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Estatuto da Juventude completa nove anos em 2022. **Acesso GovBR**, 05 de ago. de 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2022/08/estatuto-da-juventude-completa-nove-anos-em-2022>>. Acesso em: 20 de dez. de 2023.

Presidência da República. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 05 de ago. de 2013. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm> Acesso em: 20 de dez. de 2023.